

EMPHASIS

Revista Digital – Ano 2012.1

Faculdade Dom Pedro II, Faculdade Dom Pedro II de Tecnologia, Faculdade Dom Luiz de Orleans e Bragança



MARKETING DE RELACIONAMENTO: UMA REVISÃO TEÓRICA

Elane de Souza Santos¹

Camila Leite Lopes²

Silvana da Mata Cerqueira³

Sandro Coelho Moreira Pinto⁴

1 INTRODUÇÃO

A gigantesca carga de informação a que é submetido o morador de qualquer média ou grande cidade do planeta e os altíssimos valores cobrados pelos meios de comunicação para veiculação de mensagens publicitárias através de seus canais, aliados a uma crescente exigência pelo novo e pelo factível tem transformado o panorama global do marketing.

As enormes somas outrora investidas em propaganda por empresas em todo o globo estão em franca decadência, pois a disputa pela atenção do consumidor é feroz e a grande líder desse mercado, a TV aberta, perde espaço para a TV fechada e pior, ganhou um inimigo implacável: O controle remoto.

O pequeno objeto, hoje retratado como símbolo maior do poder doméstico, permite que o telespectador evite sistematicamente as mensagens publicitárias, afinal, diante do crescimento da TV fechada, existem sempre boas alternativas de programação a custos bastante acessíveis.

¹ Graduanda em Administração, elane_pop@hotmail.com

² Graduanda em Administração, camilaleite2@yahoo.com.br

³ Graduanda em Administração, scerqueira17@gmail.com

⁴ Mestre em Administração Estratégica, sandrocmpinto@gmail.com

Diante desse novo cenário, o marketing precisou transformar-se e uma das saídas encontradas foi o marketing de relacionamento. Muito se fala sobre essa poderosa ferramenta, no entanto pouco se sabe sobre a mesma. Assim, o problema eleito para a construção desse artigo é: O que é marketing de relacionamento?

Seguindo essa trilha, emerge o objetivo geral da obra: Detalhar o que é marketing de relacionamento. Já os objetivos específicos foram assim eleitos: (a) Conceituar marketing de relacionamento; (b) Esclarecer o que é e para que serve o *database marketing*; (c) Clarificar o que é e para que serve o CRM; (d) Explicar como o marketing de relacionamento pode gerar fidelização de clientes.

Todo momento de transformação experimentado pela humanidade carece de atores que pratiquem a mudança e de atores que documentem a mudança. Documentar é o papel da ciência, o que denota a relevância do tema em pauta.

2 MARKETING DE RELACIONAMENTO

O marketing de relacionamento revelou-se uma promissora ferramenta do marketing, despertando grande interesse gerencial, centrando o foco das empresas na obtenção de melhores resultados através do estímulo a relacionamentos de longo prazo. (D'ANGELO et alli, 2006)

Nessa nova era competitiva, quando o acesso a informação e concorrência acirrada interferem ainda mais fortemente no cenário empresarial, brotam mudanças na cultura e nos valores organizacionais. O que faz com que as empresas aperfeiçoem seus gestores e sistematizem seus processos para assim mudar a mentalidade vigente no sentido da persecução de relacionamentos comerciais duradouros.

Para Las Casas (2011), o marketing de relacionamento procura gerar um perfeito casamento entre clientes e fornecedores. Não se trata de um relacionamento com início, meio e fim, mas de uma relação fiel e longeva.

Por sua vez, Vavra (1994, p. 43) aduz que “O marketing deve, mudar a mentalidade de ‘completar uma venda’ para a de ‘iniciar um relacionamento’; de ‘fechar um negocio’ para ‘construir lealdade’”.

O discurso de Vavra (1994) é reverberado por Demo (2008) que afirma que o marketing de relacionamento tem o objetivo de converter a mentalidade de fechar vendas para a mentalidade de criar relacionamentos e conquistar fidelidade.

Segundo MacKenna (1993), na Era da Informação, não se pode mais fabricar a imagem de uma organização. A distância entre a percepção e a realidade está diminuindo. Além disso, em um mundo no qual os consumidores têm tantas opções, tendem a apresentar comportamento de consumo instável. Isso significa que o marketing moderno pode ser encarado como uma batalha pela fidelização do cliente.

Stone e Woodcock (1998) ensinam que o marketing de relacionamento é o conjunto de técnicas e processos envolvendo o setor de marketing, vendas, comunicação e cuidado com o cliente para enxergá-los de forma individualizada e nominal, a fim de criar um relacionamento duradouro entre empresa e clientes.

Segundo Dias (2003, p. 301), marketing de relacionamento é:

Uma estratégia de marketing que visa a construir uma relação duradoura entre cliente e fornecedor, baseada em confiança, colaboração, compromisso, parceria, investimentos e benefícios mútuos, resultando na otimização do retorno para a empresa e seus clientes.

Surgiu então a necessidade de reformulação da relação entre empresa e consumidor, que passou a ser mais exigente por deter mais informações, o que o credencia a ditar as regras do mercado. Assim, as empresas devem estudar o seu mercado e o seu *target* para poder manter relações comerciais de longo prazo, como é possível observar na citação a seguir.

Criar, manter e aprimorar fortes relacionamentos com os clientes e outros interessados. Além de elaborar estratégias para atrair novos clientes e criar transações com eles, as empresas empenham-se em reter os clientes existentes e construir com eles relacionamentos lucrativos e duradouros. (KOTLER e ARMISTRONG, 2003, p. 474)

O marketing de relacionamento pode atrair, reter e cultivar clientes, criando valor e satisfação, redefinindo a hierarquia de valores, desejos e necessidades do cliente. Sempre baseado na certeza que cada experiência é única e que suas emoções,

positivas ou não, serão expressas através do *buzz marketing*, seja presencial e, ou, através das mídias sociais.

Gordon (1998, p. 92) apresenta uma síntese das novas variáveis a administrar, com a teoria dos 11 Cs da gestão de relacionamento:

- (1) Clientes, o ator principal na gestão de relacionamento;
- (2) Categorias de produtos e serviços, definição do alcance das ofertas de produtos e serviços aos clientes;
- (3) Capacidades, identificação das capacidades necessárias à empresa para fornecer o valor desejável aos clientes;
- (4) Custo, lucratividade e valor, a construção da lucratividade por meio da criação de novos valores implica em rigoroso acompanhamento dos custos associados aos processos;
- (5) Controle dos processos, gestão dos processos associados aos contatos com os clientes para garantir que sejam geridos em função do interesse mútuo;
- (6) Colaboração e integração, atuação em conjunto com o cliente com foco no aprendizado, oferta de maior valor;
- (7) Customização, criação de valor para o cliente pressupõe a customização ou personalização de aspectos relativos ao desenvolvimento de produtos e serviços;
- (8) Comunicação, integração e posicionamento, o envolvimento do cliente por meio da comunicação interativa e constante, em tempo real;
- (9) Cálculos sobre o cliente, acompanhamento da empresa na mente do cliente, índices de satisfação, fidelização e outros;
- (10) Cuidados com o cliente, desenvolvimento e gerenciamento de processos voltados para fornecimento de informação em tempo real, treinamento para aumentar benefícios, otimizar o uso e assim, incrementar os relacionamentos com os clientes;
- (11) Cadeia de relacionamento, compreende as ligações formais que envolvem a empresa, tanto interna como externamente, com os diversos *stakeholders* e que permitem a criação do valor final que os clientes desejam.

O marketing de relacionamento toma forma por meio das parcerias que são estabelecidas com clientes e com todos os agentes que influenciam em sua satisfação, bem como por meio dos programas de relacionamento, sustentados por bancos de dados de marketing (*data base marketing*), utilizando-se da comunicação direta e interativa (malas diretas, telemarketing, computadores) para acessar os clientes. (RIBEIRO et alli, 1999, p. 34)

Para que isso aconteça, as organizações devem promover atualizações constantes do seu banco de dados, garantindo assim o elo com o cliente. O *database marketing* é um agente facilitador do marketing de relacionamento, possibilitando a obtenção de um canal mais completo de informações, a fim de responder de forma individual às necessidades de cada cliente. Esse é o tema do subcapítulo a seguir.

2.1 Database marketing

Para que a organização possa ter um melhor controle sobre necessidade e desejo de seus clientes, é preciso que se tenha um banco de dados com as informações necessárias, a proposta do banco de dados é transformar os dados em informações pertinentes que ajudem na tomada de decisão de marketing, a que se chama *database marketing*.

Segundo Kotler e Keller (2006, p. 160), *database marketing* é o processo de construir, manter e usar os bancos de dados de clientes e outros registros (produtos, fornecedores, revendedores), para efetuar contatos e transações e para construir relacionamentos com os clientes.

Já para Las Casas (2011), o *database marketing* possibilitou um canal de informação mais completo entre empresa e seu mercado. Com arrimo em *database* estruturado, com a ajuda da informática como instrumento eficaz e veloz, consegue-se fidelizar pela comunicação.

Bretzke (2000, p. 96) ressalta que a vantagem de implantar um *database marketing* “é que a empresa pode conduzir o cliente em sua escala de lealdade”.

No mundo atual, podemos contar com o avanço da tecnologia, que disponibiliza ferramentas que facilitam o registro e o acesso a informações de clientes e empresas. O *database* é a ferramenta do marketing que utiliza a tecnologia para segmentar consumidores através da análise do seu perfil e franquia o desenvolvimento de ações dirigidas, permitindo a melhor exploração do *target* e a descoberta de novos nichos de mercado, gerando ainda interatividade e aproximação.

O data base é uma forma planejada de coletar dados dos consumidores e, a partir do conhecimento mais detalhado do público de uma empresa, fazer ofertas adequadas a todos os aspectos de comercialização. (LAS CASAS, 2010, p. 27)

Com o *database* marketing estruturado a partir de informações necessárias para a busca avançada das características dos clientes, as organizações devem adotar um direcionamento que facilite a sua comunicação, o seu CRM - *Customer Relationship Management*. Essa nova abordagem permite à empresa obter um entendimento mais apurado do comportamento de compra do *target* a fim de influenciá-lo, ampliando vendas, estimulando lealdade e aumentando a lucratividade. CRM é o tema do próximo subcapítulo.

2.2 CRM

Para a construção de uma estratégia de CRM, a organização precisa adotar ações táticas, como: (a) Desenvolvimento de um ciclo permanente de comunicação com os clientes para a criação de vínculo contínuo; (b) Manutenção de um sistema de ouvidoria em funcionamento; (c) Organização de clubes de clientes e oferta de programas de marketing de frequência, que premiam os clientes pela compra de produtos ou serviços. Tudo isso envolvido em uma estratégia de CRM.

De acordo com Las Casas (2011), a fidelização de cliente foi colocada como um objetivo de marketing, orientando pelo comportamento, a partir do qual o prestador de serviço quer construir transações de longo prazo, ou seja, individuais, em relacionamentos de negócios duradouros. Dessa forma, um dos objetivos da fidelização é gerar compras sequenciais, motivados por ações táticas capazes de fidelizar o cliente.

Para Greenberg (2001), CRM é um enorme avanço para a criação de um sistema que possa oferecer os meios para manter a fidelidade individual, num planeta de quase seis bilhões de pessoas. Para compreender o conceito de CRM, ressalta, é preciso conhecer sistematicamente a natureza mutante do *target*, pois já não é o mesmo de décadas atrás.

Mas esse planejamento transforma-se em instrumento útil à consecução dos objetivos traçados, apenas se tiver como resultado a oferta de benefícios claros aos clientes.

São esses benefícios que retroalimentam o relacionamento gestado artificialmente através do marketing de relacionamento.

Dessa forma, os consumidores são beneficiados com as ações táticas da empresa, passando a usufruir de benefícios antes desconhecidos ou não-usuais, por exemplo: (1) Acesso periódico a serviços customizados que são importantes para o cliente; (2) Minimização do risco da compra, por conhecer o fornecedor; (3) Benefício social por estar recebendo um serviço personalizado; (4) Mais bem-estar e melhor qualidade de vida, por facilitar o processo decisório de compra, destacadamente quando tratar-se de situações como adquirir produtos ou serviços mais complexos ou que envolvam o ego dos clientes ou envolvam riscos financeiros (BERRY, 1995)

O CRM é a grande promessa vigente no meio organizacional, pois integra pessoas, processos e tecnologia a fim de maximizar valor para o cliente e lucro para a empresa.

Para Kotler e Keller (2006, p. 151), “trata-se do gerenciamento cuidadoso de informações detalhadas sobre cada cliente e de todos os ‘pontos de contato’ com ele, a fim de maximizar sua fidelidade”.

Consiste em softwares e ferramentas analíticas sofisticados que integram informações dos clientes provenientes de todas as fontes, analisam-nas em profundidade e utilizam os resultados para desenvolver relacionamentos mais sólidos com o cliente. (KOTLER, 2005, p. 97)

Já de acordo com Las Casas (2010, p. 27), a base do CRM é que a tecnologia não deve ser usada apenas para compilar dados, mas para prestar serviços de maneira a proporcionar a manutenção do relacionamento com o cliente.

As empresas estreitam o seu foco cada vez mais e os nichos começaram a ser formados, “nichos são grupos menores de consumidores formados a partir de grupos maiores, ou dos segmentos.” (LAS CASAS, 2010, p. 29). Algumas empresas estão experimentando a maneira de buscar o sucesso focando consumidores de maneira individual, para manter relacionamentos individuais a longo prazo, por intermédio do marketing um-a-um, como ver-se-á a seguir.

2.3 Marketing um-a-um

Segundo Kotler (2005), o marketing um-a-um funciona somente quando a empresa coleta o maior número possível de informações sobre cada cliente importante, ressaltando-se dados demográficos, referenciais e transações passadas.

Las Casas (2010, p. 30) endossa o discurso de Kotler (2005) e aduz que o marketing um-a-um “é usado para que se obtenha lealdade. Utilizando a personalização em massa e banco de dados, a empresa coleta informações detalhadas de cada cliente.”

Por sua vez, Peppers, Rogers e Dorf (1999, p. 94) explicam que “o marketing um-a-um é baseado na simples ideia de tratar diferencialmente os diferentes consumidores”.

3 FIDELIZAÇÃO

É notório que as organizações precisam conhecer mais e mais o mercado em que atuam, assim como o *target* que atendem, pois apenas assim será possível manter uma relação comercial de longo prazo, conquistando a almejada fidelização dos seus clientes, conforme Solomon (2011, p. 360): “Fidelidade à marca descreve um comportamento de compra repetido que reflete uma decisão consciente de continuar comprando a mesma marca.”

Vale lembrar que apenas o bom atendimento não garante a fidelização do cliente. De acordo com Blackwell et alli (2011), a relação entre satisfazer e fidelizar consumidores não é perfeita, muitos consumidores, mesmo considerando-se ‘satisfeitos’, optam por outras marcas no momento de uma nova compra, os consideram-se ‘muito satisfeitos’ têm seis vezes mais chances de repetir a escolha.

Conforme ensina Las Casas (2011), o *database* marketing possibilita a abertura e a manutenção de um canal direto de comunicação entre empresa e clientes, sendo assim possível, fidelizar o seu cliente.

Uma das ferramentas mais alardeadas na busca pela fidelização do cliente foi o programa de fidelidade, tendo sido o seu precursor, o programa AAdvantage, da American Airlines. A ferramenta segue em pleno uso e tem atendido a mercados, a cada dia mais diversos.

No entanto, o mercado percebeu que quando o cliente deixava de ser fiel, e comprava produtos ou utilizava serviços de companhia concorrente, deixava de ser fiel, mas não sofria prejuízos no programa de fidelidade. A partir dessa visão a ferramenta ganhou um nome novo: Marketing de frequência, pois premia clientes pela frequência e não pela fidelidade.

Entre os exemplos de maior sucesso no Brasil estão os programas das duas maiores companhias aéreas nacionais a Gol com o programa Smiles, adquirido junto à antiga Varig e a TAM, com programa TAM Fidelidade.

Dessa forma, ações que premiam a frequência de compra e utilização, ações que fazem com que as empresas participem de maneira positiva da vida dos clientes, são ações que podem levar as organizações a cativar a atenção e predileção de seus clientes.

Tal conquista garante o faturamento mínimo da corporação, minimiza a necessidade de investimento em propaganda e ainda diminui a exposição dos habitantes das grandes cidades aos incontáveis anúncios publicitários existentes.

4 METODOLOGIA

O presente artigo foi construído através da pesquisa bibliográfica, pois assevera Severino (2007), a pesquisa bibliográfica se realiza por meio do registro disponível, a exemplo de pesquisas anteriores, em que são necessários documentos impressos como livros, artigos e teses, devidamente registrados, para que sirvam como fonte de informação dos temas a serem pesquisados, passando o pesquisador a trabalhar a partir das contribuições analíticas dos documentos, conforme procedimento realizado.

Para Gil (2009) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida por intermédio de material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, jornal, revistas, enciclopédias, almanaques e outros impressos, com o fim de embasar o pesquisador para o desenvolvimento dos seus estudos.

5 CONCLUSÃO

Os objetivos específicos estabelecidos para a construção do presente trabalho foram:

- (a) Conceituar marketing de relacionamento, objetivo atendido durante a abertura do segundo capítulo desse artigo;
- (b) Esclarecer o que é e para que serve o *database* marketing, objetivo atendido durante o subcapítulo 2.1 do presente artigo;
- (c) Clarificar o que é e para que serve o CRM, objetivo atendido durante o subcapítulo 2.2 desse trabalho;
- (d) Explicar como o marketing de relacionamento pode gerar fidelização de clientes, o atendimento do derradeiro objetivo específico erigido ocorreu no capítulo terceiro dessa obra.

Com a nítida consecução dos objetivos específicos propostos, entende-se como plenamente atendido também o objetivo geral proposto para o presente artigo.

Em conclusão, pode-se afirmar, a partir das noções anteriormente apresentadas, que, do ponto de vista teórico, o conceito de marketing de relacionamento vincula-se estreitamente ao ferramental desenvolvido pelas corporações, como estratégia de sobrevivência e otimização de suas atividades, num contexto amplamente competitivo e diferenciado, quais sejam, o *database* marketing, o CRM e, finalmente, as estratégias de fidelização, sem as quais dificilmente se poderia hodiernamente conceber o sucesso empresarial de uma corporação.

A sociedade global urge por um, novo modelo de comunicação entre organizações e populações, que não gere tantos transtornos, caminho que a massificação da comunicação contemporânea vem trilhando, mesmo em detrimento da saúde de muitas pessoas, contribuindo para o alastramento de distúrbios por déficit de atenção, enfermidade recorrente entre os habitantes das grandes cidades do globo.

Nesse lócus mercadológico emerge o marketing de relacionamento. Ferramenta capaz de estimular relacionamentos de longo prazo entre empresas e clientes, capaz também de reduzir a demanda por investimentos em comunicação, vez que, pode ser praticada com recursos inferiores aos demandados pela comunicação tradicional, por intermédio de veículos e canais estabelecidos, e sendo ainda capaz de minimizar o impacto negativo da comunicação empresarial sobre as populações que habitam o planeta.

Vale salientar que, inobstante os múltiplos benefícios do marketing de relacionamento, a adoção de programas eficazes já não é simples agora, ainda durante a segunda década do terceiro milênio, por conta de sua complexidade. Quiçá em alguns anos, quando mais conhecida e aplicada de maneira mais eficiente, a adoção de programas eficazes demandará também a criação de uma vantagem competitiva dentro do aludido programa, à luz dos precisos ensinamentos de Michael Porter (1989).

REFERÊNCIAS

BERRY, L. Relationship marketing of services: Growing interest emerging perspectives. **Journal of Academy of Marketing Science**, v. 23, n. 4, p. 236-45, 1995.

BLACKWELL, R.; MINIARD, P.; ENGEL, J. Comportamento do consumidor. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BRETZKE, Miriam. **Marketing de relacionamento e competição em tempo real com CRM (Customer Relationship Management)**. São Paulo: Atlas, 2000.

D'ANGELO et al. **Marketing de relacionamento junto a consumidores finais**. RAC, v. 10, n. 1, Jan./Mar, 2006.

DEMO, Gisela. **Marketing de relacionamento (CMR): Estado da arte e estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2008.

DIAS, Sergio Roberto, **Gestão de marketing**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIL, Antonio Carlos, **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GORDON, Ian. **Marketing de relacionamento: Estratégias técnicas e tecnologias para conquistar clientes e mantê-los para sempre**. São Paulo: Futura, 1998.

GREENBERG, Paul. **CRM na velocidade da luz**: Conquista e lealdade de clientes em tempo real na Internet. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

KOTLER Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KOTLER, Philip. **O marketing sem segredos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

KOTLER, Philip; ARMISTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de marketing**: Conceitos, planejamento e aplicação a realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2010.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2011.

MACKENNA, Regis. **Marketing de relacionamento**: Estratégia bem-sucedida para a era do cliente. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PEPPERS, W; ROGERS, M.; DORF, B. **One to one field book**. NewYork: Currency Book, 1999.

PORTER, M. **Vantagem competitiva**: Criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

RIBEIRO, Áurea; GRISI, Celso; SALIBY, Paulo. **Marketing de relacionamento como fator chave de sucesso no mercado de seguros**. RAE, v. 39, n. 1, pp. 31-41. São Paulo, SP, Jan./Mar., 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim 1941, **Metodologia do trabalho científico**. - 23. ed. - . São Paulo: Cortez, 2007.

SOLOMON, Michael. O comportamento do consumidor. Porto Alegre: Bookman, 2011.

STONE, Merlin; WOODCOCK, Neil. **Marketing de relacionamento**. São Paulo: Littera Mundi, 1998.

VAVRA, Terry G. **Marketing de relacionamento: After marketing**. São Paulo: Atlas, 1994.

TRABALHO: UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA:

“O trabalho, sobre o qual a história repousa, não é a simples produção de riquezas, mas, de um modo geral, a atividade pela qual o homem projeta à sua volta um meio humano e ultrapassa os dados naturais de uma vida.” (Merleau-Ponty)

Neste artigo apresentaremos considerações teóricas, numa análise histórica que perpassa o seu surgimento e desenvolvimento na sociedade mundial e, em particular, no Brasil, bem como, a questão do homem no contexto laboral, principalmente quanto as suas interações e seu comportamento ético dentro da organização do trabalho. Trata-se de uma interface da organização do trabalho com o homem e o seu papel nesse universo. A análise desdobra-se no surgimento e na evolução do trabalho, sua concepção dialética perante os diversos momentos históricos, o referencial axiológico, o papel do homem e sua interação deontológica no contexto laboral.

2.1. HISTÓRIA DO TRABALHO:

2.1.1. PERÍODO PRÉ-CAPITALISTA:

Desde os primórdios da existência do homem, o trabalho emana como mecanismo de subsistência da raça humana, como meio de providenciar condições materiais para a sua sobrevivência, de maneira a precisar produzir para assim subsistir. A partir de então, o trabalho passa inexoravelmente a fazer parte do cotidiano humano, como

uma atividade exercida de diversas formas e sob várias condições históricas, dentro de uma dinâmica social que estabelece a sua concepção e modelo, chamado de modo de produção. A dialética histórica que concebe, limita e conceitua o trabalho e as formas de produção, como afirma Karl Marx:

As categorias que exprimem suas condições e a compreensão de suas estruturas, permitem, ao mesmo tempo, compreender a estrutura e as relações de produção de todos os tipos de sociedade desaparecidos sob as ruínas e os vestígios, não ainda superados, continuam a se arrastar nela, e nos quais certas virtualidades são plenamente desabrochadas [...]. (1968, p. 356 e 357)

Conforme a visão materialista da história de Marx (1968), o próprio processo histórico pode ser compreendido pela forma em que os homens produzem os meios materiais, já que, independente de que seja escravismo, feudalismo ou capitalismo, as condições sociais expressam as relações que dominam o trabalho. Dessa forma, podemos estabelecer a análise sobre as formas de produção e inferir a concepção dialética do trabalho dentro do processo histórico, momento em que emerge os elementos constitutivos do seu universo, tais como o processo do trabalho, que é o desdobramento da produção ou transformação; os meios de trabalho, que são os instrumentos e o meio para a transformação; a força de trabalho, que é a energia humana empregada na transformação ou execução do trabalho; e o produto, objeto da produção para atender as necessidades humanas. Todo esse contexto denomina-se de a organização do trabalho (OLIVEIRA, 2003).

Nas primeiras organizações humanas, o produto do trabalho era coletivo, portanto, todos trabalhavam para subsistir. Mediante o vínculo do parentesco, as comunidades tribais se organizavam para coletar, caçar e pescar o necessário para a subsistência coletiva, o excedente ao invés de ser comercializado era dividido por todos de forma

igualitária. Posteriormente, com a fixação do homem a terra, não só novas organizações sociais emergem, como também novas formas de produção possibilitam o surgimento de novas condições nas relações de trabalho, como define Oliveira:

O desenvolvimento das forças produtivas é acelerado com a fixação da comunidade na terra, condição de existência da apropriação e de seus mecanismos sociais, do que resulta a formação simultânea e gradativa da economia de excedentes, promotora da distribuição e da redistribuição complexas e fator decisivo da desintegração da organização comunitária tribal. (2003, p. 15).

Segundo Marx (1968), dessa mudança histórica a que se submete a organização do trabalho emerge o modo de produção asiático, seu referencial teórico para a análise da passagem das sociedades sem classes para as sociedades de classes. Tal fenômeno ocorre quando a agricultura se desenvolve produzindo excedentes regulares, o aumento da produção então rompe as antigas relações comunitárias tribais, mediante a desigualdade na distribuição e redistribuição da produção, o que leva ao domínio de uma determinada comunidade por outra considerada superior. Dessa forma, inicia-se o processo de exploração entre comunidades e pessoas, momento em que as categorias superiores passam a exercer o papel de Estado e desempenhar a função exploradora (OLIVEIRA, 2003).

Surgem também as relações comerciais, exclusivas dos representantes das classes superiores, através principalmente do escambo. A vida urbana ainda insipiente está totalmente associada à economia rural, com predominância da vila e da aldeia, como pequenos povoados onde se realizam eventuais trocas. A propriedade privada inevitavelmente emerge, estabelecendo as condições favoráveis para o aumento da exploração, como afirma Oliveira:

A característica fundamental das formações antigas é, por um lado, o aparecimento e o desenvolvimento da propriedade privada da terra em caráter de privilégio de classe e, por outro, de uma forma de Estado legitimadora dessa apropriação. (2003, p. 23).

As classes dominantes, então denominadas de aristocracia, aumentaram a extensão de terras sob o seu domínio e ampliaram os excedentes da produção, valendo-se do trabalho de homens livres que não tinham acesso à propriedade e que necessariamente tinham que vender a sua força de trabalho para sobreviver. À medida que as relações comerciais se ampliaram e se constitui uma agricultura mercantilista, as cidades se desenvolveram e passaram à condição de centros comerciais, chamadas, inclusive, de cidades-estado, sem perder a sua dependência da zona rural. Conseqüentemente houve o rompimento do domínio aristocrático e a abertura das relações de produção, associadas a crises institucionais das políticas colonizadoras expansionistas da Grécia e de Roma, promovendo a instituição do trabalho escravo em conjunto com o trabalho assalariado:

O costume político anterior, que precedeu o pleno desenvolvimento da cidade estado, meramente distinguia entre escravos – inimigos vencidos (*dmioes* ou *familiares*), trabalhavam como escravos para prover o próprio sustento e o dos seus senhores – e os *demiourgoi*, os operários do povo em geral, que tinham liberdade de movimento fora da esfera privada e dentro da esfera pública. (p. 91 e 92).

O escravismo é uma das formas mais antigas de exploração da mão-de-obra, da força de trabalho mediante a posse, através da privatização do ser humano. Do ponto de vista econômico, o escravo passa a ser o produtor direto, aquele que viabiliza a produção e que a legitima:

Ser escravo significa que um homem é propriedade jurídica de outro homem. Como propriedade, o escravo é obrigado a

trabalhar para o seu dono, produzindo riqueza e prestando serviços gerais. Como produtor de riqueza, trabalha no campo, nas minas, no artesanato. Como prestador de serviços, trabalha nas atividades domésticas, na fiscalização da produção, como criado de legionários, como preceptor, como escritor, como médico, como agente de negócios. (OLIVEIRA, 2003, p. 30 e 31).

No início da Idade Média, as profundas mudanças sociopolíticas que se submeteu a Europa, principalmente com as Invasões Bárbaras, aliadas ao esgotamento do modelo escravista que já não mais atendia as necessidades da produção à época, promoveu o surgimento de uma nova forma de exploração da força de trabalho: a servidão. O modelo social e de produção dos invasores bárbaros vai prevalecer sobre o modelo romano em processo de degeneração, estabelecendo novas formas de organização social na Europa, principalmente com o esvaziamento das cidades e o retorno à vida aldeã:

A organização sociopolítica bárbara é típica da comunidade tribal militar. Cada chefe de tribo dispõe de um aparato de segurança, representado por grupos de apoio militar, que garantem o seu prestígio. O poder do chefe se reproduz no conselho de chefes, extensivo à comunidade, constituído de nobres. Há também, com poder decisório, a assembléia do povo, presidida pelo rei – escolhido entre os chefes nobres – e que tem a prerrogativa dos assuntos de guerra, de religião e de justiça. (OLIVEIRA, 2003, p. 45)

Segundo Perry Anderson (1982), os bárbaros reuniam-se em unidades familiares em torno de aldeias, presididas por chefes guerreiros. As unidades familiares são referenciais do trabalho, da produção e da distribuição das terras, que eram divididas em terras residenciais, terras destinadas à horticultura, terras de agricultura, terras de pastagem e as terras de bosques.

Todo o trabalho era consubstanciado na divisão da terra em famílias, com a participação de todos na atividade laboral, como descrito por Oliveira (2003):

O trabalho agrícola no interior da comunidade tribal germânica é realizado por todos os indivíduos – homens, mulheres e crianças -, organizados em família, que atuam em suas parcelas independentes. Essa forma de trabalho mantém o conjunto da economia tribal, na medida em que, mesmo com o domínio do trabalho individual e familiar, há uma cooperação permanente entre os trabalhadores. Cada família constitui a unidade produtiva, que estende ao artesanato doméstico independente, formando, assim, o todo econômico da comunidade. (p. 45).

A combinação dos modos de produção escravista e bárbaro propiciará a formação do modo de produção feudal, que irá se constituir na Europa após a acomodação dos povos invasores, momento em que se consolida a relação de exploração entre senhor e o servo. A dependência da terra, aliada a exploração do trabalho compulsório, a instituição da força militar para garantia do poder do senhor e a vassalagem vão, segundo Oliveira (2003), promover o estabelecimento da nova ordem feudal, onde encontramos a servidão como uma forma de exploração do trabalho humano numa condição quase escravista, legitimada por toda uma conjuntura social da época, inclusive religiosa, mas passando a submeter agora o camponês:

São os camponeses que fazem viver os outros, que os alimentam e sustentam, são eles que sofrem os mais graves tormentos, a neve, a chuva, o furacão. Rasgam a terra com suas mãos, com grande sacrifício e muita fome. Levam uma vida bastante rude, pobre, mendicante e miserável. Sem essa raça de homens, não sei verdadeiramente como os outros poderiam viver. (JACCARD, 1974, p. 161).

O camponês passa a condição de servidão como força de trabalho explorada, atuando tanto nas terras destinadas ao cultivo, quanto nas de pastoreio e nas florestas. Em paralelo, nas cidades minorias de homens livres privilegiados atuam nas artes de ofício, prestando serviços e produzindo artesanalmente produtos em pequena monta, na condição de trabalhadores assalariados. São ferreiros, carpinteiros, ourives, sapateiros, alfaiates, ou seja, artífices em geral que, como mestres, companheiros ou aprendizes, desenvolviam a sua arte dentro das Companhias de Ofício, pequenas sociedades de aprendizagem produtiva. Dessa forma, consolida-se a sociedade feudal trifuncional, onde só o servo trabalha, enquanto o clero ora e os nobres governa.

A sociedade medieval se desdobrou em séculos de exploração da força de trabalho mediante a servidão, enquanto os nobres e o clero desfrutavam das benesses do trabalho alheio. Tal disposição, legitimada inclusive pela Igreja dominante, se perpetuou até o final do medievo, quando se inicia o processo de transição para o capitalismo comercial, o que não vai se dar de forma rápida e estanque. Trata-se de um processo lento que se desenrola com a consolidação da sociedade capitalista, mediante, inclusive, a emergência e tomada do poder por parte da burguesia, momento em que ocorre uma nova configuração produtiva e, conseqüentemente, novas formas de exploração da força de produção.

2.1.2. PERÍODO CAPITALISTA:

Com o fim da idade média e início dos tempos modernos, a sociedade mundial no ocidente se submeteu a profundas mudanças na sua organização produtiva, vindo a evoluir da condição feudal para a mercantilista. O modelo feudal se esgota com o início do capitalismo comercial, fazendo ressurgir as cidades. Este fenômeno atinge as bases do feudalismo, levando todos a almejavam novos produtos que estavam além dos limites dos feudos, como as especiarias. Essa busca levou o sistema feudal, que só conhecia a troca, passar a utilizar a moeda e ao conseqüente endividamento. A dependência econômico-financeira dos senhores feudais aos banqueiros extingue o feudalismo, provocando mudanças bastante significativas na estrutura da Europa.

Da reestruturação emerge o conceito de Estado-nação, exigindo que os feudos sejam substituídos por limites territoriais mais amplos e nítidos, um ordenamento jurídico eficaz, o sentido de nacionalidade e o poder mais centralizado, com suporte da justiça e da polícia para legitimar sua ação. Bursztyn (1998) avalia que “[...] a nova ordem do capitalismo comercial exigia estruturas de poder centralizadas, capazes de permitir a delimitação de fronteiras territoriais bem nítidas, onde deveria vigor uma autoridade nacional”. (p. 144). Ocorreu o renascimento das cidades, o reaparecimento do comércio marítimo e o ressurgimento da moeda, emerge a burguesia num contexto de economia de mercado, com grande circulação de riquezas e de produtos.

Em linhas gerais, “[...] o mercantilismo significou historicamente uma política global adotada pelo Estado moderno europeu, de caráter centralizador e absolutista, e voltada para os interesses da burguesia emergente no período, sob várias formas [...]”. (OLIVEIRA, 2003, p. 64 e 65). Trata-se do próprio renascimento do Estado, que, nessa nova concepção, atua, inclusive, na condição de interventor econômico em todos os segmentos produtivos, tais como a agricultura, o comércio e as manufaturas.

O processo de transição do feudalismo para o capitalismo ocorre de forma lenta e gradativa, se caracterizando basicamente pelo incremento das trocas externas, a circulação monetária, o avanço da propriedade absoluta e individual, o aumento das populações trabalhadoras e das cidades, o surgimento de fortunas mobiliárias e a concorrência da política tarifária do Estado. As manufaturas ampliam-se possibilitando o crescimento do comércio, que passa a condição de principal setor econômico, afetando diretamente as cidades que se desenvolvem e a burguesia que se consolida com a possibilidade de acúmulo de capitais, contudo, no sentido político, a assunção da burguesia só se consolida a medida que as revoluções nacionais substituem o antigo Estado feudal pelo Estado burguês:

A Revolução Francesa representa essa tomada do Estado pela burguesia comercial e de certa forma também pela industrial. Estamos em 1789, havia acontecido já a primeira revolução industrial, há uma certa expressão nessa burguesia industrial. Surgem e se organizam segmentos de classes que se sentem menosprezados e deslocados daquela estrutura de poder e num ato de força, no caso uma revolução, derrubam essa estrutura do velho regime dos privilégios, dos interesses particulares e assumem os interesses da burguesia. (PINHO, 2001, p. 25).

As novas condições propiciam o surgimento de novas e mais amplas formas de trabalho assalariado, contudo, não caracteriza avanço nas relações laborais. Apesar da liberação do camponês da terra, perduram antigas formas de dependência, associadas a novas formas de exploração como o trabalho assalariado, o arrendamento e a parceria (OLIVEIRA, 2003). A nova conjuntura estabelece as bases da Revolução Industrial e consolida o capitalismo. A introdução de descobertas mecanicistas como meio de produção revoluciona o processo produtivo e, por conseguinte, as relações sociais. A acumulação amplia-se com o advento da fábrica e o incremento da produção em série, conseqüentemente as relações de trabalho se

caracterizam pela separação do trabalhador da terra e da manufatura, como no modelo feudal. O camponês e o artífice transformam-se plenamente em trabalhadores livres, sujeitos a venda da sua força de trabalho, como afirma Oliveira:

A apropriação dos meios e o controle do trabalho passa ao burguês capitalista. A relação burguês-trabalhador no interesse da produção faz da força de trabalho mercadoria; o trabalho é apropriado pelo dinheiro, pelo salário, o que Marx denomina de preço do trabalho. (OLIVEIRA, 2003, p. 77 e 78).

Essa correlação do capitalismo com o trabalho à medida que separou a força de trabalho da terra e da manufatura condicionou-a a uma nova lógica, caracterizada pela produção em larga escala nas indústrias e nas fábricas. O crescimento da burguesia não foi acompanhado pelo crescimento do operariado, que ficou dependente do lucro. Trata-se do domínio total da força de trabalho pelo capital, que passa a condicioná-la e a ditar as regras de sua consecução. A exploração do trabalho passa a depender das próprias leis do capitalismo, como a mais valia⁵ e a oferta e procura, de maneira que:

O trabalhador industrial passa a integrar a massa do proletariado, num momento livre da compulsão feudal, mas mergulhado, a partir da sua libertação, numa relação determinada por regras do mercado e do lucro, de um lado, e pelo índice de produtividade, de outro. (OLIVEIRA, 2003, p. 80).

Por sua vez, Marx ao se referir a grande indústria, exprime o seu entendimento quanto às relações de trabalho no capitalismo:

É a grande indústria que, malgrado as medidas de proteção, universalizou a concorrência [...], criou os meios de comunicação e o mercado mundial modernos, subordinou o comércio, transformou todos os capitais em capital industrial, e engendrou assim a circulação rápida e a concentração dos

⁵ Mas valia é a diferença entre o que o trabalhador recebe para produzir e o que ele efetivamente produz, como ele produz mais do que ganha, trata-se da mais-valia (OLIVEIRA, 2003).

capitais. Ela constrangeu pela concorrência universal todos os indivíduos ao desdobramento da sua energia. Ela fundou a história mundial, tornando cada nação, cada indivíduo, dependentes, para a satisfação das suas necessidades, do mundo inteiro. Ela submeteu ao capital as ciências da natureza e **arrebatoou da divisão do trabalho sua última aparência natural**. Ela destruiu em geral o natural, tanto quanto isso é possível no trabalho, e todas as relações sociais foram substituídas pelas relações de dinheiro [...]. (1966 *apud* OLIVEIRA, 2003, p. 80). (grifo nosso)

No contexto das grandes indústrias e das fábricas a racionalização proposta por Frederick W. Taylor para a otimização dos processos produtivos, e a sua apropriação posterior por Henry Ford, quando do estabelecimento da produção em linha de montagem em série, proporcionou ganhos expressivos na produção, contudo, o engendramento desse modelo apresentava condições desfavoráveis para a força de trabalho, que foi obrigada a ingressar num modelo produtivo mecanicista, focado na elevação da produção, o que, para Dejours (1992), submete o corpo humano a condições degradantes:

Deste modo, não é o aparelho psíquico que aparece como primeira vítima do sistema, mas sobretudo o corpo dócil e disciplinado, entregue, sem obstáculos, à injunção da organização do trabalho, ao engenheiro de produção e à direção hierarquizada do comando. Corpo sem defesa, corpo explorado, corpo fragilizado pela privação de seu protetor natural, que é o parêntese mental. Corpo doente, portanto, ou que corre o risco de tornar-se doente. (p. 19).

A possibilidade de concretização de tal conjuntura, só foi viabilizada mediante a contrapartida de melhores salários para compensar as duras condições de trabalho, o que trouxe graves conseqüências à saúde do trabalhador. Vale salientar que, conforme afirma Alban (1999), a inserção do modelo de produção em série também perpassa a busca de uma maior produtividade do trabalho, considerado um núcleo de ineficiência a ser superado na indústria,

principalmente com a crise de 1870. Inicialmente houve a proposta de um sistema de incentivo por produtividade, ou seja, ao invés do trabalhador receber por hora de trabalho, receberia por peça produzida. Na verdade, Taylor rejeitou tal modelo, ou seja, a administração por incentivos e propôs a utilização de métodos ótimos de trabalho. Tratava-se de tempos e instrumentos mais eficientes e eficazes à produtividade, identificados pela experimentação, conforme podemos observar nas suas próprias palavras:

[...] os nossos operários em todos os ofícios têm aprendido o modo de executar o trabalho por meio da observação dos companheiros vizinhos. Assim, há diferentes maneiras em uso para fazer a mesma coisa; talvez quarenta, cinqüenta, ou cem modos de realizar as tarefas em cada ofício e, por essa mesma razão, há grande variedade de instrumentos usados em cada espécie de trabalho.

Ora, entre os vários métodos e instrumentos utilizados em cada operação, há sempre [um] método mais rápido e [um] instrumento melhor que os demais. Esses métodos podem ser encontrados, bem como aperfeiçoados, na análise científica de todos aqueles em uso, juntamente com acurado e minucioso estudo do tema. Isso acarreta gradual substituição dos métodos empíricos pelos métodos científicos em todas as artes mecânicas (1963 *apud* ALBAN, 1999, p. 130).

O modelo taylorismo foi adaptado por Ford à produção de automóveis, mediante a identificação de um modelo de automóvel único e simples, como tipo ideal e universal, que viria a ser padronizado e, por conseguinte, isso otimizaria a linha produtiva. Para a produção em série, o novo modelo dispunha de peças intercambiáveis de alta precisão que, aliadas à tecnologia eletromecânica, proporcionava a padronização do processo produtivo, o que, conseqüentemente, gerava o baixo custo de montagem e de produção. O trabalho mecanicista se ampliou dentro de uma conjuntura taylorista, principalmente com o surgimento da indústria automobilista e do estabelecimento do modelo fordista. Trata-se de uma estrutura de exploração

do corpo humano a exaustão, buscando a otimização da produção e, conseqüentemente, o aumento dos lucros. Sobre esse contexto de trabalho, Dejours afirma que:

O esgotamento físico não concerne somente aos trabalhadores braçais, mas ao conjunto dos operários da produção de massa. Ao separar, radicalmente, o trabalho intelectual do trabalho manual, o sistema Taylor neutraliza a atividade mental dos operários.

Deste modo, não é o aparelho psíquico que aparece como primeira vítima do sistema, mas sobretudo o corpo dócil e disciplinado, entregue, sem obstáculos, à injunção da organização do trabalho, ao engenheiro de produção e à direção hierarquizada do comando. (1992, p. 19).

Portanto, apesar da aparente eficiência das inovações do modelo tayloriano-fordiano que viria prevalecer principalmente na primeira metade do século vinte, se desdobrando até a primeira década do pós-guerra, a sua organização do trabalho trouxe grandes prejuízos à saúde e bem estar do trabalhador. Desde então, acentuaram-se os conflitos entre patrões e empregados e emergem as lutas sindicais por melhores condições de trabalho, numa dinâmica de reivindicações e imposições em torno da organização do trabalho. Essa tensão envolve a dialética entre a vontade dos trabalhadores e o poder de mando dos patrões, momento em que se consolidam, já no início do século vinte, as primeiras classes trabalhadoras, os sindicatos e o direito à greve. Foi justamente na primeira metade desse século que ocorreram grandes conquistas no âmbito laboral, tais como o contrato de trabalho para a regulação das relações entre patrões e empregados, a redução de jornada de trabalho, a semana de quarenta horas e as férias pagas, dentre outras.

Após o período de ouro do pós-guerra, vários fenômenos se agregam a partir de 1970 na formação de uma nova conjuntura global, como a crise do modelo tayloriano-fordiano e a transição do industrialismo para a economia informacional. Trata-se da reestruturação do capitalismo que suscita uma nova lógica organizacional e estatal em paralelo com a difusão das tecnologias da informação, processos independentes mais totalmente interligados, como afirma Castells (1999, p. 175):

Em análise paralela à noção de trajetórias tecnológicas, proponho considerar o desenvolvimento de diferentes trajetórias organizacionais, ou seja, procedimentos de sistemas específicos de meios voltados para o aumento da produtividade e da competitividade no novo paradigma tecnológico e na nova economia global.

Apesar das mudanças, no universo do capitalismo vários elementos se perpetuam e continuam a exprimir a máxima da exploração, do lucro e da mais valia. No âmbito geral, as inovações tecnológicas se impõem, o que, independente de considerá-las como uma nova fase dentro do capitalismo industrial ou não, propiciam alterações nas relações de trabalho e constituem um novo paradigma tecnológico pós-moderno, como afirma Alban (1999):

Deve-se observar, paralelamente, que a atipicidade é ainda mais marcante pelo fato de os anos 80 serem caracterizados pela acelerada difusão da automação flexível de base microeletrônica – constitui a essência de um novo paradigma tecnológico. (p. 204).

A atipicidade citada por Alban (1999) concerne à crise do desemprego que marca o novo paradigma tecnológico e que se caracteriza como principal questão do universo laboral contemporâneo a partir dos anos oitenta. Destarte, ainda que as taxas de juros tenham contribuído para o baixo crescimento dos investimentos, não é um argumento suficiente para justificar a atipicidade do período. Dessa forma, segundo Alban (1999),

tal fenômeno carece de maior capacidade explicativa da perspectiva keynesiana e de incongruências das perspectivas schumpeteriana e neo-chumpeteriana, de onde emana a alternativa explicativa abaixo, na tentativa de compreender o porquê do novo paradigma flexível não propiciar os investimentos necessários para engendrar o crescimento equilibrado e com emprego:

[...] os baixos investimentos dos anos 80 não seriam exatamente atípicos, mas decorrentes de uma dolorosa crise de transição de paradigmas tecno-econômicos. Em síntese, se até os anos 60 a economia tinha prosperado com base na automação rígida de base eletromecânica, nos anos 80, vencida a crise energética/inflacionária dos anos 70, a economia, embora com um novo paradigma tecnológico, não possuía ainda o marco institucional adequado para o pleno desenvolvimento do mesmo. Dessa maneira, a crise dos anos 80 seria apenas o complexo e demorado processo de desenvolvimento do novo marco institucional. (ALBAN, 1999, p. 205).

No processo de desenvolvimento da nova conjuntura, portanto, Alban (1999) concluiu que o novo paradigma tecnológico flexível carece de potencial de investimentos, principalmente pelo fenômeno da destruição criativa ter sido substituído pela transformação criativa. Trata-se do próprio caráter diminuto e versátil da automação tecnológica, característica do modo de produção flexível, que se vale da tecnologia computacional para adequar-se às demandas produtivas através da programação de computador. Dessa forma, se outrora grandes investimentos eram aportado para reequipar e reprogramar as plantas produtivas, demandando grandes aportes financeiros na sua recriação, agora basta a adaptação num processo de transformação construtivo que exige baixíssimos investimentos, o que, “[...] não gera um crescimento expressivo e auto-sustentado da economia”. (ALBAN, 1999, p. 207).

Por outro lado, a automação substitui uma grande quantidade de serviços de natureza administrativa, à medida que as estruturas burocráticas compostas pelo fluxo de

peças e papéis são substituídas por sistemas de informação integrados, diminuindo as disponibilidades de cargos e função para a ocupação de seres humanos. Da mesma forma, como na prestação de serviços que está cada vez mais automatizada, outros setores da organização do trabalho também se vêem apropriados pela plena inserção tecnológica, promovendo a diminuição cada vez mais elevada de oportunidades a serem ocupadas pela força de trabalho humana.

No contexto pós-moderno, em decorrência desse fenômeno econômico característico do atual modo de produção, a organização do trabalho se submete a dinâmica do desemprego, que desafia as análises econômicas, as propostas de solução e as possibilidades de reversão. Por conseguinte, tal fenômeno comprime a força de trabalho e aumenta a concorrência, interferindo no emocional do trabalhador e degradando as relações interpessoais no ambiente de trabalho, gerando ainda a contradição pertinente ao acréscimo nas tensões do trabalhador em face da preocupação em ser excluído da força produtiva e inserido na crescente massa de desempregados.

Portanto, na continuidade da lógica capitalista, as condições de trabalho se tornam mais complexas pelo advento de novos elementos condicionantes e pelo agravamento de outros já existentes, tais como a globalização da economia, o aumento da concorrência, a exigência acentuada de capacitação, o dinamismo social e comunicacional e, principalmente, o crescimento sem emprego, como arremata Alban:

A partir de meados dos anos 80, conforme frisamos, o novo paradigma da automação flexível já é efetivamente dominante e, através do toyotismo, implementa sua acelerada difusão por todo o mundo. É justamente essa acelerada difusão que garante a retomada dos investimentos e, logo, do crescimento econômico. Os investimentos, no entanto, pelas características

do próprio paradigma, acabam se expandindo a uma taxa inferior [...], nesse sentido, não geram novos empregos, mas sim o desemprego. (1999, p. 209).

Destarte, na conjuntura atual, a força de trabalho sobrevive condicionada as novas contradições produtivas e sociais, em contínua submissão ao trabalho assalariado, como forma de exploração que se perpetua. Apesar da flexibilização do modo de produção e das mudanças decorrentes dos movimentos eticistas do século XX, dentre outros acontecimentos impactantes, a organização do trabalho se vê diante de mecanismos e formas de exploração que se inovam dentro da dialética histórica, ou seja, a lógica do lucro, da mais valia e da exploração do trabalho humano se inovam a cada dia à medida que o capitalismo se revigora, submetendo o labor humano à desigualdade na distribuição da produção e no acesso as riquezas tanto no Brasil quanto no mundo.

Entretanto, novos conflitos surgem agravando a crise socioeconômica e colocando o homem à frente de novos e grandes desafios, gerando contradições como a do desemprego, o que perpassa a dinâmica interna e externa da organização do trabalho. Como sabemos, o trabalho tem o seu papel social, que para o ser humano vai além de um simples mecanismo de subsistência, alcançando uma simbologia pessoal de construção de sua identidade e legitimando a sua própria existência. À medida que se torna cada vez mais inacessível, o trabalho ingressa e evolui na indisponibilidade, promovendo a temeridade do desequilíbrio social e humano. Nesse sentido, como afirma Arendt, “O que se nos depara, portanto, é a possibilidade de uma

sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, sem a única atividade que lhes resta. Certamente nada poderia ser pior.” (2004, p. 13).

2.1.3. O TRABALHO NO BRASIL:

Com o início do período colonial, Portugal instala no Brasil um modelo colonizador de exploração. Trata-se de uma colônia de exploração para a extração de bens comerciáveis na Europa, mediante a condução do Estado português para fins de obtenção principalmente de metais preciosos. Como, inicialmente, isso não foi possível, os portugueses passaram a exploração do pau-brasil e posteriormente de lavouras de valor comercial, como a cana-de-açúcar. Os vassalos que vinham para o Brasil incentivados pela coroa portuguesa objetivam a exploração com a condução das riquezas para Portugal, portanto, uma exploração tipicamente predatória sustentada pelo modelo escravista trazido da Europa (CARMO, 1998).

A organização econômica no início da colônia era centrada na fazenda, unidade básica para a monocultura de exportação e para a subsistência. Na verdade, o engenho de cana-de-açúcar disponha de todos os elementos necessários para a auto-suficiência, como a moradia, a igreja, a escola, a olaria, dentre outros. O trabalho era realizado inicialmente por escravos indígenas, o que não perdurou, em face da proibição e do início do tráfico negreiro oriundo da África, conforme afirma Carmo (1998):

A escravidão dos indígenas no Brasil durou pouco em termos legais (aproximadamente de 1500 a 1570); contudo, os colonizadores portugueses lançaram mão de várias formas de coerção e subterfúgios, bem depois dessa época, para obter o trabalho indígena, mesmo após a introdução de africanos em

grande escala. É inegável que o desenvolvimento e o crescimento dos primeiros engenhos de açúcar também se devem à captura e escravidão indígena. (p. 42).

Apesar do argumento de que era necessário substituir a escravidão indígena pela africana em face de que o índio não se adaptava ao trabalho forçado, o tráfico negreiro gerava grande rentabilidade tanto quanto no comércio de seres humanos, quanto na produção. No início da colônia o custo do escravo era tão viável que os negros se acumulavam nas áreas de serviço do engenho e “[...] a facilidade para a obtenção de escravos levava à multiplicação dos serviços improdutivos e as fazendas a alimentar um exército de inúteis”. (CARMO, 1998, p. 22).

Figurando como principal objeto de escravidão, cabia ao negro dar o sustentáculo na condição de força de trabalho na produção na colônia, na verdade, o regime escravocrata era exclusivista no Brasil à época, com pouquíssima presença de homens brancos livres no comércio de uma pequena quantidade de produtos que circulavam na colônia para fins de complementar a subsistência. A exploração através do escravismo no Brasil era acentuadamente desumana, com carga de trabalho extensa e desvalida de condições apropriadas, como afirma Carmo (1998):

O ritmo intensivo de trabalho perdurava por cerca de oito a nove meses, tempo em que a cana era cortada e moída, e o açúcar, fabricado. Nesse período os escravos, e mesmo os trabalhadores livres, chegavam ao limite de sua resistência física, havendo até mesmo aumento do número de mortes. Submetidos a uma desumana carga horária de trabalho, que atingia de dezesseis a dezoito horas por dia, incluindo serões à noite, associada à má alimentação, à exígua vestimenta, e enfraquecidos pelas febres, verminoses, tuberculose ou sífilis, os escravos morriam em grande quantidade. (p. 48).

Como a mentalidade dos donos de engenho ainda era pré-capitalista, a maior preocupação era de aumentar o número de escravos para incrementar a produção, ao invés de concentrar as atenções na lucratividade. Dessa forma, acentuou-se o tráfico negreiro nos primeiros séculos de colonização, com grande fluxo vindo da África continental, para atuar nas principais atividades econômicas da colônia, ou seja, o pastoreio, a agricultura e a mineração, já que, segundo Carmo (1998), a manufatura ainda era insipiente e só ocorria por iniciativa isolada dos jesuítas, que na ausência de oficiais e artífices ensinavam algumas artes nos seus colégios espalhados pelo Brasil.

As condições de trabalho do escravo negro pioraram no século XVII quando da descoberta de ouro e início do ciclo da mineração. Na condição de tarefeiro ou negro de aluguel, o negro empregado na mineração tinha uma maior liberdade para trabalhar no interior das minas sem a vigilância dos senhores, contudo, o trabalho era degradante e o ciclo de vida útil de um trabalhador na mina era de dois a cinco anos, já que atuavam em baixas temperaturas imersos em água. Conforme Carmo (1998), a vantagem que o serviço na mina gerou uma certa independência ao negro, o número de alforrias aumentou em face da possibilidade de se achar ouro nos momentos de folga em áreas de baixa exploração.

Mesmo como a sucessão de atividades econômicas e a variação das formas de organização do trabalho, o escravismo negro se mantinha como força de trabalho fundamental na produção da colônia brasileira. Quando a mineração iniciou o processo de esgotamento e começou o desenvolvimento do ciclo cafeeiro, houve grande utilização da mão-de-obra escrava negra, contudo, posteriormente o tráfico de escravos negros foi extinto em 1850, levando os cafeicultores à utilização de mão-de-obra branca assalariada.

A ausência de força de trabalho decorrente do final do sistema escravista no Brasil, conjugado com o sonho do enriquecimento fácil numa terra de oportunidades, trouxe as terras brasileiras colonos imigrantes oriundos da Europa e da Ásia. A busca do trabalho e do enriquecimento mediante o esforço próprio dos imigrantes vem em contradição à antiga lógica social do trabalho, dignificando o labor próprio do lavrador, artesão ou operário. Integrados a colônias de povoamento nas fazendas de café, em atividades artesanais ou na incipiente indústria, o imigrante estrangeiro possibilita o engendramento do trabalho assalariado em substituição ao antigo modelo escravista, invertendo a perspectiva ética quanto ao trabalho:

É importante acentuar em que consiste tal ideologia. A dominação burguesa passou a se apresentar como legítima para o operário quando o enriquecimento do burguês foi entendido como resultado de seu próprio esforço, privações e sofrimentos, e não como mero fruto da exploração do trabalhador. (CARMO, 1998, p. 90).

A vinda do imigrante não se encontra apenas na perspectiva de atender a demanda de mão de obra assalariada, mas numa conjuntura maior de estabelecimento de uma camada social situada entre o latifundiário e o escravo. Segundo Maria Tereza S. Petrone (1982), a concessão de lotes e terras para os imigrantes foi uma estratégia para modernizar a economia mediante o desenvolvimento da pequena propriedade, que, ao lado do latifúndio, iria auxiliá-lo na produção de gêneros alimentícios de menor escala não produzidos nas grandes fazendas, e, por conseguinte, constituir uma classe social intermediária em contraposição ao antigo modelo bipolar da colônia. Da mesma forma, perpassava a própria formação social da economia capitalista no Brasil, o que, Carmo (1998), com base em Oliveira Viana (1987), comenta, citando a ausência de uma mentalidade favorável a generalização do trabalho no Brasil:

Nos regimes escravistas, é difícil haver ética valorativa do trabalho; mesmo o homem livre e pobre procurou se distanciar das atividades que eram realizadas por escravos. Era considerado vergonha exercer determinadas profissões “mecânicas” [...]. (CARMO, 199, p. 25).

O imigrante, por sua vez, afeto a outra perspectiva sobre o trabalho, se valeu da concessão de terra pelos latifundiários e do regime de parceria, contudo, os riscos eram divididos entre ambos. Tal proposta encontrou dissolução perante os diversos conflitos que se sucederam após a chegada e organização dos colonos, principalmente pela mentalidade escravocrata ainda dominante que submetia os imigrantes a condições de trabalho inaceitáveis. Na tentativa de manter os imigrantes presos a terra, os latifundiários dificultavam a produção além da subsistência, mantendo-os nas fazendas através de dívidas e de outros artifícios que caracterizam a exploração do trabalho alheio. Tal situação conduziu a crise do modelo de exploração do trabalho imigrante, mediante as revoltas, fugas e, principalmente, a intervenção estrangeira em favor de seus cidadãos (CARMO, 1998).

Apesar dos conflitos, o trabalhador brasileiro foi relegado a atividades marginais, alheias ao cafezal. Os caboclos atuavam em labores onde houvesse risco de vida e rigor do clima tropical. Segundo Carmo (1998), a opção pelo imigrante se dava não por uma questão de qualificação profissional, mesmo por que o nativo era naturalmente mais afeto a terra, mas sim pela “vontade de progredir” atribuída ao imigrante, ou seja, uma predisposição da sociedade nacional consolidada na imagem de que o imigrante era esforçado, adequado e apto aos desafios e dificuldades da vida e da labuta, enquanto o trabalhador nacional era preguiçoso e fracassado.

No momento de consolidação da massa operária nacional, tal preferência da sociedade influi decisivamente na consolidação de um operariado de maioria estrangeira:

Em São Paulo, onde se concentrava a atividade fabril no início do século XX, e, em menor escala no Rio de Janeiro, o imigrante italiano, espanhol ou português veio a formar o principal contingente da força de trabalho. A mão-de-obra nacional só foi utilizada em outras regiões do país onde a presença do imigrante era mínima. Onde o imigrante se fez presente, afastou o trabalhador nacional. O imigrante ficava em primeiro plano; o homem branco nacional, em segundo; o ex-escravo, em último (CARMO, 1998, p. 102).

Segundo Sidney Chalhoub (1986), durante a primeira república (1889-1930) se iniciou a construção de uma identidade social e política no Brasil, com aplicação prática principalmente ao trabalho humano, no momento em que se processa a transformação do homem livre ou ex-escravo em trabalhador assalariado. Havia a necessidade de uma mudança ética do povo nacional quanto a sua perspectiva sobre o trabalho. Até a chegada dos imigrantes, como visão medieval herdada dos patrícios portugueses, o trabalho era visto como atividade de pessoas inferiores ou escravos. A partir de então, como foi dito, os imigrantes dignificaram o labor como mecanismo de enriquecimento e valorização pessoal, contudo, tal entendimento não se entendeu a toda sociedade nacional, o que levou o Governo brasileiro a estabelecer o programa “Educação pelo Trabalho”:

O tema da educação para o trabalho tornou-se objeto de atenção no país desde fins do século XIX, mesmo antes da abolição da escravatura. Para o olhar burguês, eram preocupantes a alegada preguiça e a crescente desordem, e “educar” um indivíduo pobre significava principalmente criar hábitos de trabalho, por meio da repressão ou da valorização do próprio trabalho como atividade moralizadora.

Com o fim da escravatura, o problema que se colocava, então, era como fazer com que o liberto, dono de sua força de

trabalho, se dispusesse a vender seu potencial produtivo ao capitalista empreendedor. Da parte da elite, deveria haver uma revisão de conceitos, um esforço na construção de novos valores que iriam compor uma nova ética do trabalho. (CARMO, 1999, p. 105).

Esse processo se inclui numa conjuntura maior de adaptação da força de trabalho existente, formada na sua maioria por camponeses adequados a outra realidade, ao trabalho fabril. As fábricas tinham uma rotina peculiar e demandas específicas, o que “[...] requer um novo tipo de trabalhador adestrado para a mecanização do processo produtivo, apto para aprender um ofício com os requisitos de agilidade, atenção, obediência e regularidade”. (CARMO, 1998, p. 106 e 107). Não obstante, se propunha uma série de medidas e reformulações para preparação do novo operário, no sentido de prepará-lo para nova realidade, bem como, da construção de uma nova mentalidade sobre o trabalho. As propostas perpassavam tanto a submissão do operário ao patrão, quanto a sua integração às especificidades do mundo fabril, de acordo com as novas características e exigências da sociedade capitalista da época:

[...] o espírito capitalista de valorização do trabalho e do seu efeito, o lucro, não tinha fixado raízes na mentalidade brasileira. Segundo Vianna, teríamos herdado da nobreza decadente portuguesa o horror ao trabalho produtivo e a valorização da busca do enriquecimento à custa do erário público. (CARMO, 1999, p. 21).

Como o processo de industrialização brasileira se deu de forma atrasada, em face da ausência de um mercado interno consumidor e devido a concorrência desigual com a Inglaterra, beneficiada por tratados efetuados por Portugal, a indústria nacional se instalou efetivamente no início do século vinte. As condições de trabalho não eram favoráveis, o trabalho nas fábricas era excessivo e as jornadas longas, variando entre treze a quinze horas. Na ausência inicial de sindicatos, as reivindicações e conflitos se

davam diretamente entre a classe trabalhadora e a dominante. Posteriormente, vários sindicatos foram criados em território nacional, formados na sua maioria por imigrantes. A mediação do Estado se dava em favor das industriais, que por sua vez haviam adotado o modelo fordiano de trabalho, mediante proteção policial na ocorrência de revoltas e rebeliões, o que fortalecia o patronato:

Durante as primeiras décadas do século XX, a freqüente utilização da violência policial contra os operários e suas entidades de classe chocou até os agentes policiais estrangeiros, mesmo os que não eram simpatizantes da causa operária. No entanto, apesar da forte repressão, os sindicatos continuavam a ressurgir das cinzas (CARMO, 1998, p. 111 e 112).

Logo o Governo brasileiro optou por uma mudança de estratégia, observando a falta de confiança plena dos operários na condução feita pelos sindicatos e na ausência de um maior espírito associativo do nosso proletariado. Por sua vez os empresários vislumbraram que a condução do Estado seria mais eficaz e satisfatória. Nessa conjuntura, emerge a figura de Getúlio Vargas e a ideologia trabalhista, assumindo, inclusive, a paternidade de alguns benefícios conquistados pelo operariado frente a luta com o patronato. Com uma forte campanha política e medidas protecionistas que beneficiavam a uma massa de trabalhadores recém chegados do campo, o governo Vargas legitimou sua liderança política com a ideologia trabalhista e populista no quadro político da época, o que, sem dúvidas teve desdobramentos até os nossos dias.

Para consolidar o marco nas conquistas trabalhistas nacionais, o Governo brasileiro unificou o conjunto de leis trabalhistas dispersas, desconstruídas e contraditórias elaboradas após a revolução de 1930, reafirmando os propósitos trabalhistas. Para tanto, estudos comissionados foram realizados e as leis trabalhistas foram reunidas e

sistematizadas na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (BRASIL, 1943), possibilitando ao trabalhador ganhos e benefícios materiais como o a carteira de trabalho, o 13º salário, as férias, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a aposentadoria, dentre outros.

Além de consolidar direitos já estabelecidos, inovações também foram agregadas, tais como a maior regulação na relação entre patrões e empregados, jornada de trabalho, descanso remunerado, condições de segurança e higiene dos locais de trabalho, etc., contudo, vale salientar que, segundo Carmo (1998), a legislação trabalhista foi resultante da luta dos trabalhadores principalmente nas três primeiras décadas do século vinte: “A história do movimento operário antes da década de trinta deixa evidente a sua capacidade organizativa e reivindicatória, com mobilização de grandes massas de trabalhadores.” (p. 118).

O período em comento não só consolidou os direitos trabalhistas no Brasil como a própria perspectiva ética nacional frente ao trabalho, apesar de não ter sido suficiente para superar os problemas decorrentes do sistema escravista, a mistura das raças, os paradigmas sobre o trabalho emanados da Europa, a falta de valorização da mão de obra nacional, a imigração desordenada, a ausência de um programa de reinserção do negro na sociedade, dentre outros. O Operariado nacional que, segundo Rodrigues (1986), dispunha de uma maior participação entre os setores mais qualificados, apesar do estigma de massa sem caráter associativo, conseguiu de certa forma mobilizar-se em favor da coletividade levando o Estado a legislar a seu favor.

Não que as conquistas trabalhistas à época tenham sido suficientes, mas significaram um marco nos direitos trabalhistas nacionais e estabeleceram as bases do trabalhismo no Brasil no século vinte, principalmente frente às novas dicotomias que estavam por vir na segunda metade do século. Aliás, a partir de então, o grande conflito não seria a consolidação de uma ética para o trabalho, mas sim a crise do desemprego, que se alastra e acentua-se principalmente nos nossos dias, conforme afirma Carmo (1999, p. 128):

A questão que se colocava a partir dos anos 50, portanto, já não era tanto a da recusa ou da aceitação da ética de valorização do trabalho. Considerava-se que a alegada recusa ao trabalho não mais partia do indivíduo – que queria trabalhar -, mas sim do mercado – que tendia a *excluí-lo*. (grifo do autor).

Destarte, o trabalho no Brasil na contemporaneidade se inclui na crise nacional do desemprego, tida como um dos grandes desafios do capitalismo atual. Dessa forma, apesar da consolidação de uma perspectiva pró-ativa frente o trabalho no Brasil, bem como da superação parcial dos paradigmas de que o povo brasileiro não se dispõe a atividade laboral, surge essa nova dicotomia, que não só desafia os pesquisadores, mas, principalmente, desenvolve todo um contexto de exclusão do trabalhador brasileiro frente a uma nova forma de crescimento generalizado, submetido a crise pós-moderna do desemprego.

2.2. TRABALHO E O HOMEM:

Apesar do risco da generalização, podemos identificar dois momentos distintos da história do trabalho, um pré-capitalista e outro capitalista. Além da diferença

concernente ao sistema econômico, o que mais nos chama a atenção são os paradigmas dominantes em ambos os períodos, ou seja, a forma em que o ser humano entendia e legitimava o trabalho. De qualquer forma, mesmo antes de delinear a concepção e a relação homem x trabalho ao longo da história, não restam dúvidas de que o trabalho desencadeia um processo dialético na vida humana, propiciando contradições entre realizações e frustrações, que perpassam o emocional humano e, principalmente, o próprio sentido de existência para o homem hodierno:

O fato é que o trabalho é uma fonte inesgotável de paradoxos. Incontestavelmente, ele dá origem a terríveis processos de alienação, mas pode ser também um possante instrumento a serviço da emancipação, bem como do aprendizado e da experimentação da solidariedade e da democracia. (DEJOURS, 1999, p. 141).

No primeiro momento, apesar da existência do trabalho assalariado, a predominância foi do escravismo e da servidão medieval, como atividade laboral servil direcionada exclusivamente a classes menos privilegiadas. Posteriormente, o trabalho assalariado se consolida já em condições produtivas capitalistas, momento em que se generaliza na sociedade como atividade comum à maioria dos seres humanos. Como foi dito, tal distinção encontra profundidade ao observarmos que nos dois momentos a posição do homem em relação ao trabalho era totalmente diferente, ou seja, havia uma concepção e uma significação distinta e peculiar a cada período. Tal perspectiva também é consubstanciada por Hannah Arendt (2004), à medida que apresenta sua teoria sobre a *vita activa*, direcionando as atividades humanas a condições, funções e momentos históricos específicos.

Através da expressão *vita activa*, a autora pretende designar e distinguir três atividades humanas fundamentais: o labor, o trabalho e a ação. Arendt (2003) afirma

que o labor é toda atividade voltada a atender as necessidades naturais do homem, como fome, sede, calor e frio. Trata-se de um comportamento que acompanhou o homem ao longo de sua história, como ser animal que busca a sobrevivência. Já o trabalho é um instrumento para atingir outros fins, visa à produção dos bens de uso ou de consumo, dentro de um contexto social interdependente, onde seres humanos se vêem obrigados a trabalhar para produzir e sobreviver num contexto materialista. Por sua vez, a ação condiz à própria existência, plural, dinâmica e efêmera do ser humano, trata-se do próprio existir e manifestar, da condição política do homem. Arendt (2003) arremata que as atividades fundamentais da condição humana são intrínsecas as condições básicas da própria existência do homem, como nascer e morrer:

O labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. O trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história. (p. 16 e 17).

Dentro da nossa abordagem sobre trabalho, se faz necessário perceber principalmente as considerações propostas por Arendt (2003) quanto à distinção entre labor e a trabalho, o que, normalmente, não é vista no emprego de ambas as palavras, mesmo porque são utilizadas como sinônimos. Arendt (2003) afirma que tal argumentação em favor da distinção, mesmo que esta seja superficial, é inusitada e que raramente foi aplicada nas sociedades pré-capitalistas, contudo, ocorreu de forma esporádica sem que houvesse maior aprofundamento teórico e estudo sobre a questão:

A evidência fenomenológica a favor dessa distinção é demasiado marcante para que se ignore; e, no entanto, é historicamente verdadeiro que, à parte certas observações

esporádicas – as quais por sinal nunca chegaram a ser desenvolvidas nas teorias de seus autores -, quase nada existe para corroborá-la na tradição pré-moderna do pensamento político ou no vasto corpo das modernas teorias do trabalho. (p. 90).

Essa distinção, portanto, se materializa ao longo da história quando observamos o paradigma do trabalho específico da sociedade pré-capitalista e da capitalista. Nas sociedades pré-capitalistas, as relações de laborais, apesar de iniciarem de forma igualitária, evoluíram para formas de exploração, tais como a escravidão e a servidão medieval. Esse fenômeno evolutivo se deu com o advento das sociedades de classe na antiguidade, quando as relações de trabalho até então voltadas e direcionadas para a subsistência coletiva, passam a se caracterizar pela exploração do homem pelo seu semelhante, o que se faz necessário para a sustentação do sistema produtivo. Dessa forma, desde cedo, a atividade laboral se caracteriza como relação interpessoal desigual e injusta, do dominador sobre o dominado, propicia para a exploração humana, o que se consolida ao longo da história como fenômeno que provém vantagens e desvantagens para o ser humano:

Mas sucede que as relações de trabalho são principalmente relações sociais de desigualdade em que todos se confrontam com a dominação e a experiência da injustiça. Tanto assim que o trabalho pode tornar-se um verdadeiro laboratório de experimentação e aprendizado da injustiça e da iniquidade, quer para os que são suas vítimas, quer para os que são seus beneficiários, quer ainda para os que são alternativamente beneficiários e vítimas. (DEJOURS, 1999, p. 140).

Dentro do contexto de exploração do trabalho humano, emergiu o escravismo, como mecanismo de exploração do trabalho que vai se perpetuar séculos afora. Posteriormente, partindo do mesmo princípio e já no medievo, surge a servidão, não menos explorativa do que a anterior, contudo, distinta apenas em face da condição de

liberdade do trabalhador. Em ambos os modelos, o labor era considerada uma atividade inerente às necessidades do corpo, naturalmente vinculado à atividade servil, braçal e inculta:

[...] ao passo que todas as antigas classificações das atividades humanas, inclusive as que, como a de Hesíodo, supostamente enaltecem o labor, repousam na convicção de que o labor do nosso corpo, exigido pelas necessidades deste último, **é servil**. (ARENDDT, 2003, p. 93 e 94). (grifo nosso).

A atividade laboral que havia emanado como mecanismo de subsistência, à medida que aconteceram as mudanças sócio-culturais em comento, levaram o homem a considerar o trabalho como obrigação de muitos em favor de poucos. Tal perspectiva foi legitimada em várias culturas por diversos pensadores, como na Grécia e em Roma, inclusive, encontramos no exemplo da *polis* grega o desprezo pelo labor, como por toda e qualquer atividade que não fosse política. Na Grécia, à medida que cada vez mais os cidadãos se dedicavam à atividade política, se abstinham de tudo o quanto exigisse esforço e ocupasse o tempo. Inclusive, “[...] Aristóteles considerava como mais mesquinhas aquelas ocupações <nas quais o corpo se desgasta>”. (ARENDDT, 2004, p. 92).

Nesse sentido, o que tinha relevância para o espaço público grego era a *vita activa*, ou seja, a ação política, de maneira que se emanava a necessidade de destinar o labor a outras pessoas, já que o poder e a contemplação pertenceria aos mais racionais e cultos. Segundo Arendt (2004), Aristóteles admitia que a escravidão não era contrária à natureza, mas uma exigência da própria vida, em contraposição a idéia de que a escravidão seria decorrente exclusivamente das guerras. Para ele, a família seria composta pelo homem, a mulher, os filhos

e, necessariamente, os escravos, a quem se destinadas às atividades pesadas e rudimentares. Portanto, apesar do escravismo grego ter se direcionado àqueles que foram derrotados e aprisionados na guerra, bem como aos que não tinham como pagar a suas dívidas, sua legitimação e finalidade era dos escravos assumirem as atividades laborais necessárias em nome da maioria que estaria disponível para a contemplação e outras atividades consideradas produtivas e eletistas:

Os antigos raciocinavam de outra forma: achavam necessário ter escravos em virtude da natureza servil de todas ocupações que servissem às necessidades de manutenção da vida. Precisamente por este motivo é que a instituição era defendida e justificada. Laborar significava ser escravizado pela necessidade, escravidão está inerente às condições da vida humana. Pelo fato de serem sujeitos às necessidades da vida, os homens só podiam conquistar a liberdade subjugando outros que eles, à força, submetiam à necessidade. (ARENDR, 2003, p. 94).

Já em Roma a escravidão era tida como algo incontestável, partia do princípio da superioridade e foi utilizada para suplantando o latifúndio. A inserção da escravidão na sociedade romana gerou profundas transformações, tais como o desemprego na zona rural, em face dos escravos substituírem os camponeses. A escravidão romana foi mais ampla e profunda que a Grega, os escravos vinham do ocidente e do oriente e passaram a condição de mão-de-obra principal, atuando na agricultura e no artesanato. Havia a possibilidade também do cidadão romano se tornar escravo mediante dívidas, o que foi abolido posteriormente, bem como, grande quantidade de escravos era prisioneiro de guerra.

Arrematando a perspectiva do trabalho escravo na antiguidade, podemos, inclusive, compara-lo ao modelo moderno de escravidão, que, por sua vez,

destinava a obtenção de mão de obra barata num universo capitalista voltado para lucro. Nesse sentido, enquanto a escravidão moderna se dava por motivos materialistas e não existenciais, na antiguidade objetivava a exclusão das atividades laborais da vida humana, atividades estas imprescindíveis e inerentes à existência humana, como podemos observar nas palavras de Hannah Arendt: (2003):

Ao contrário do que ocorreu nos tempos modernos, a instituição da escravidão na antiguidade não foi uma forma de obter mão de obra barata nem instrumento de exploração para fins de lucro, mas sim a tentativa de excluir o labor das condições da vida humana. (p. 95).

No medievo, a legitimação se dava na própria conjuntura social, numa sociedade que se consolidou em três classes inflexíveis: a nobreza, senhores da terra e do governo, o clero, destinado a orar e cuidar da vida contemplativa, e os servos, com a missão de laborar em causa própria e em favor dos demais. Dessa forma, labor e servidão eram intrínsecos, enquanto para a nobreza e o clero, o labor era indigno. Tal estrutura de classes era também legitimada pela igreja dominante, promovendo a aceitação e a adequação geral as respectivas condições de cada um, inclusive, para os menos favorecidos o porvir traria as reparações pelos sacrifícios submetidos em vida, consubstanciando a condição trifuncional e excludente da sociedade da época, como podemos observar no poema abaixo de P. Jaccard:

Labor de clero é orar a Deus.

E justiça, de cavaleiro.

O pão arranjam-lhe os trabalhadores.

Um alimenta, outro ora, o terceiro defende, no campo, na cidade, no mosteiro; interajudam-se em seus misteres.

Todos os três, para a boa ordem.

(1974 *apud* OLIVEIRA, 2003, p. 52).

Não obstante, o paradigma dominante no período pré-capitalista centrava-se no labor como atividade indigna e servil, voltado para pessoas menos privilegiadas, àqueles que de alguma forma a própria conjuntura havia conduzido-os às agruras da vida, argumento este predominante durante todo o medievo e que, inclusive, legitimava tal condição. Para os demais, a atividade laboral era inadequada, imprópria e indevida, já que haviam nascido para governar, contemplar e orar. Tal perspectiva não sobrevive na transição da sociedade pré-capitalista para a capitalista, contudo, tais mudanças, tanto no sentido da concepção do trabalho, do paradigma dominante e, principalmente, da aceitação da sociedade, se desdobram paulatinamente à medida que se estabelece um novo *status quo* que vai predominar aos poucos nos tempos modernos.

Portanto, processualmente, a sociedade desenvolve uma nova postura perante o trabalho, até então destinado a poucos desprestigiados em favor de muitos privilegiados. Com base em André Gorz (1988), Carmo (1998) afirma que o trabalho é uma invenção da modernidade, como algo que evolui na concepção humana a condição de uma obrigação social ética e moralmente correta. Tal acontecimento decorre, inclusive, do desenvolvimento de seu caráter econômico, momento em que, inexoravelmente, se generaliza no contexto da sociedade capitalista, exigindo a participação de todos:

[...] o trabalho como fim econômico só se tornou a atividade humana dominante com o surgimento do capitalismo industrial, há cerca de duzentos anos. Antes disso, nas sociedades pré-modernas, na Idade Média ou na Antiguidade, e mesmo nas sociedades pré-capitalistas que ainda subsistiam, trabalhava-se bem menos que nos dias atuais. Atitude normal a tal ponto que os primeiros industriais, nos séculos XVIII e XIX, tiveram

grandes dificuldades de contratar mão-de-obra. A ética do trabalho ou “a sociedade para o trabalho” veio sofrendo com o tempo um longo processo de transformação. É próprio da “sociedade para o trabalho” considera-lo simultaneamente como dever moral, obrigação social e a via pela qual se desenvolve o sucesso humano. (CARMO, 1998, p. 19).

Para melhor entender esse processo dentro da nossa análise, se faz necessário voltar ao pensamento arendtiano para, mais uma vez, conjecturar sobre a distinção proposta pela autora entre labor e trabalho, o que, com certeza, não perpassa exclusivamente uma simples dicotomia lingüística. Segundo Arendt (2003), apesar dessa teoria não ter sido desenvolvida com maior profundidade ao longo da história do pensamento humano, labor emana da própria existência humana, da necessidade de subsistir do ser humano, como condição *sine qua non* para a sua sobrevivência, enquanto o trabalho advém da necessidade de produzir e sobreviver do homem no contexto de uma sociedade materialista voltada para produção e consumo:

À primeira vista, porém, é surpreendente que a era moderna – tendo invertido todas as tradições, tanto a posição tradicional da ação e da contemplação como a tradicional hierarquia dentro da própria *vita activa*, tendo glorificado o trabalho (labor) como fonte de todos os valores, e tendo promovido o *animal laborans* à posição tradicionalmente ocupada pelo *animal rationale* – não tenha produzido uma única teoria que distinguísse claramente entre o *animal laborans* e o *homo faber*, entre <o labor do nosso corpo e o trabalho de nossas mãos>. (ARENDR, 2003, p. 96).

Dessa forma, apesar da ausência da distinção teórica citada, o labor foi à atividade predominante na conjuntura pré-capitalista, enquanto o trabalho vai emergir com o próprio capitalismo, adequado ao novo sistema, de maneira que, com afirma Nietzsche (2005), todos passaram na modernidade a condição de escravos do trabalho. Sobre isso, Arendt arremata que “A era moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade

operária.” (2004, p. 12). Tal processo se desdobra durante a fase pré-industrial na Inglaterra, durante a modernidade, quando as famílias passam a produzir nos próprios lares, tratava-se de uma produção artesanal doméstica que iniciou o processo de mudança na organização produtiva mundial e, principalmente, na organização do trabalho.

Arent (2003) afirma que paulatinamente o homo *laborens*, que labutava para subsistir, foi substituído pelo homo *fabe*, aquele que produzia para atender as necessidades humanas e tudo o quanto mais despertasse no ser humano o desejo de consumo pelos produtos. Foi uma mudança do modo produtivo basicamente voltado para a sobrevivência às formas de trabalho mais elaboradas e formais, voltadas para a consecução e produção de elementos específicos necessários para a sobrevivência humana e da sociedade como um todo:

O desprezo pelo labor na teoria antiga e sua glorificação na teoria moderna baseavam-se ambos na atitude subjetiva ou na atividade do trabalhador, uma desconfiando de seu doloroso esforço e a outra louvando-lhe a produtividade. (ARENDR, 2003, p. 104 e 105).

Essa transformação na atividade humana se deu com a consolidação da revolução industrial, quando as famílias passaram a produzir em fábricas, submetendo-as ao êxodo rural e as péssimas condições de moradia nos emergentes centros urbanos. Segundo Dejours (1992), foram mudanças conjunturais que alteraram o cotidiano do ser humano nos séculos XVIII e XIX, como o aumento da sobrecarga e da jornada de trabalho, num quadro visível de transformação que caracterizou esse período histórico. As relações comerciais, a produção e a economia se tornaram complexas e toda a conjuntura exigiu a configuração do trabalho formal, com a definição das tarefas, delimitação das competências e o estabelecimento das respectivas remunerações, ou

seja, houve a reconfiguração da organização do trabalho e o estabelecimento de um novo paradigma para com o mesmo.

Com a formalização do trabalho emerge uma conjuntura laboral com elementos, características, regras, condições e dinâmicas próprias que caracterizam a organização do trabalho, definida por Dejours como: “[...] a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (na medida em ele dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade etc”. (1992, p. 25). Dentro dessa conjuntura, também existem elementos que caracterizam o ambiente e que o homem é submetido durante a sua jornada de trabalho, ou seja, as condições de trabalho, definidas por Dejours como:

[...] ambiente físico (temperatura, pressão, barulho, vibração, irradiação, altitude etc), ambiente químico (produtos manipulados, vapores e gases tóxicos, poeiras, fumaças etc), o ambiente biológico (vírus, bactérias, parasitas, fungos), as condições de higiene, de segurança, e as características antropométricas do posto de trabalho. (2005, p. 25).

Dentro desse novo contexto, é natural que tenha emergido uma nova concepção do trabalho para o homem, como forma de melhor entender a rotina laboral e a sua aplicação na vida humana, principalmente a frente das novas condições de trabalho que surgem. Por outro lado, boa parte dos elementos constitutivos da relação do homem com o trabalho se perpetuam, principalmente quanto a sua realização pessoal, como afirma Rebérioux: “O trabalho continua sendo o único mediador da realização do ego no campo social, e não se vê atualmente nenhum candidato capaz de substituí-lo.” (1993 *apud* DEJOURS, 1999, p. 43). Portanto, com essa reconfiguração, novos

elementos na relação e no entendimento da atividade laboral emanam de maneira que a significação altera-se sensivelmente dentro da relação homem x trabalho, bem como, de suas conseqüências para a vida profissional e pessoal:

Deve-se levar em consideração três componentes da relação homem-organização do trabalho: a fadiga, que faz com que o aparelho mental perca sua versatilidade; o sistema frustração-agressividade reativa, que deixa sem saída uma parte importante da energia pulsional; a organização do trabalho, como correia de transmissão de uma vontade externa, que se opõe aos investimentos das pulsões e às sublimações. (DEJOURS, 1992, p. 122).

Apesar das transformações, o trabalho permanece e se consolida como extensão do próprio existir humano, como algo que locupleta o ser humano e que traz significado para a sua vida: “[...] o trabalho se revela essencialmente ambivalente. Pode causar infelicidade, alienação e doença mental, mas pode também ser mediador da auto-realização, da sublimação e da saúde”. (DEJOURS, 1999, p. 98). Trata-se da consolidação da relação homem x trabalho, que perpassa a própria satisfação e existência humana, excedendo o ambiente de trabalho e perpassando a vida como um todo, como fator fundamental de consecução do reconhecimento, do condicionamento e da satisfação humana, na condição de fator interveniente: “Isso significa que o ambiente do trabalho influencia sentimentos no trabalho, assim como o trabalho influencia o sentimento de satisfação geral na vida de uma pessoa.” (1999 *apud* ALKIMIN, 2005, p. 86).

O reconhecimento é um fator decisivo na consecução da construção da identidade humana, da dinâmica de satisfação do ego e do próprio sentido de vida, como afirma Dejours: “Quando a qualidade de meu trabalho é reconhecida, também meus esforços, minhas angústias, minhas dívidas,

minhas decepções, meus desânimos adquirem sentido.” (2005, p. 34). Por sua vez, a satisfação pode influenciar atitudes em relação a outras esferas da vida, ou mesmo, a vida como um todo, tais como a autoconfiança, as atitudes e as relações com a família. (ALKIMIN, 2005). Por fim, dentro dessa conjuntura, tudo condicionasse e ganha significado a partir da organização do trabalho, como elemento interveniente na vida humana como um todo, como fator de realização pessoal plena, passando o homem à condição dependente do trabalho:

É o homem inteiro que é condicionado ao comportamento produtivo pela organização do trabalho, e fora da fábrica, ele conserva a mesma pele e a mesma cabeça. Despersonalizado no trabalho, ele permanecerá despersonalizado em sua casa. Em todo caso, é isso que se observa, e é disso que se queixam os operários. (DEJOURS, 1992, p. 46)

Toda essa conjuntura que se consolidada na sociedade capitalista, se desdobra com o advento do taylorismo e do fordismo na primeira metade do século vinte, momento em que, como vimos, as condições de trabalho se precarizam dentro de um contexto mecanicista. O que nos vale salientar agora é que em contraposição a esse fenômeno, dentro das relações homem x trabalho, emergem os movimento eticistas logo no início do pós-guerra. Se até então o paradigma dominante na sociedade moderna era de uma sociedade do trabalho, a exacerbação de tal perspectiva promove a reação coletiva no sentido se estabelecer um paradigma mais valorativo do bem estar humano. Não obstante, iniciaram-se proposições de melhorias nas condições de vida do homem, com a tentativa de preservação dos seus direitos fundamentais, como se vê no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “[...] o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”. (ONU, 1948). Tal movimento impactou naturalmente o universo do

trabalho, com a mudança das perspectivas de reivindicação e a ampliação das preocupações com a saúde do trabalhador e com seu bem estar no ambiente de trabalho.

Conseqüentemente, a partir de 1968, Dejours (1992) afirma que se consolida uma reivindicação formal de melhoria das condições de trabalho, incluindo, principalmente, a preocupação com a saúde mental do homem: “E entretanto, de uns anos para cá, sente-se por todas as partes uma nova força: a luta operária pela saúde mental está hoje iniciada, mesmo se sua elaboração continua balbuciante.” (p. 23). Destarte, inicialmente se lutava pela sobrevivência condenando a duração excessiva do trabalho, dentre outros abusos, agora se busca a saúde do corpo através da melhoria das condições de trabalho. Portanto, se constituía um momento que perdura até hoje, com a elevação da regulação sobre as condições de trabalho do homem e de sua saúde ocupacional, dentro de um paradigma hodierno que nasceu com a preocupação de sua sobrevivência e bem estar dentro da organização do trabalho.

2.3. O TRABALHO E A ÉTICA ORGANIZACIONAL:

A ética teoriza sobre as condutas, estudando as concepções que dão suporte à moral, que por sua vez normatiza e direciona a prática das pessoas. Ambas são dialéticas. (P. 23)

Max (1970, p. 462 *apud* PASSOS, 2004, p. 24):

[...] nos ofícios manuais e nas manufaturas, o trabalhador utiliza-se de uma ferramenta; na fábrica, a máquina utiliza-se dele. Lá, os movimentos do

instrumento de trabalho procediam dele; aqui, é o movimento das máquinas que ele tem de acompanhar”.

Passos (2004, p. 27):

A moral que vigora em nossa sociedade baseia-se na *exploração do ser humano* e no *aviltamento da pessoa*. Não se preocupa em saber o que é bom para ele, e sim o que é benéfico ao processo produtivo, ao capital em que o egoísmo e o culto do eu tornaram-se qualidades e sinônimos de progresso e de maturidade.” (grifo do autor).

Idade Antiga: O centro da ética era o bem supremo da vida humana, a felicidade.

Idade Média: A autoridade de Deus unificava a todos e as idéias, a origem e os fundamentos a partir das verdades reveladas.

Idade Moderna: moral da pura razão e do puro dever.

Idade Contemporânea: a moral é o interesse da classe dominante.

Escola de Frankfurt: “[...] o que nos propuséramos era, de fato, nada menos do que descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie”. (1985 *apud* PASSOS, 2004, p. 46).

Marcuse: “[...] sua produtividade é destruidora do livre desenvolvimento das necessidades e faculdades humanas; sua paz mantida pela constante ameaça de guerra; seu crescimento dependente da repressão das possibilidades reais

de amenizar a luta pela existência - individual, nacional e internacional. (1973 *apud* PASSOS, 2004, p. 48).

Ver p. 49

Diferente do que comumente se pensa, todas as organizações possuem uma *filosofia* no sentido lato da palavra, que significa ter uma concepção a seguir ou uma orientação que lhes dá a direção. Ela define a missão da organização, seus objetivos, sua forma de gestão, os papéis a serem desempenhados, prescreve as normas a serem seguidas e os comportamentos admitidos ou rechaçados, dentre outros. Em síntese, é essa concepção que define o funcionamento de uma organização consciente ou inconsciente. (PASSOS, 2004, p. 50).

As idéias e os valores que um gestor ou um empresário coloca em prática em sua ação são construtos histórico-sociais, portanto, sínteses da articulação de seu eu, num processo intersubjetivo, onde interagiram pessoas que vão desde aquelas vinculadas com sua trajetória de vida familiar, educacional, esportiva, profissional, religiosa etc. Também se compõem pelo espírito da época, ou seja, pelos valores anseios e princípios que vigoram em determinado momento histórico e suas condições econômicas, políticas e sociais. PASSOS, 2004, p. 50).

Como as organizações em geral, e as empresas em específico, são microestruturas sociais, partícipes da sociedade, também criam valores,

escolhem caminhos, optam por uma forma de ser e de agir consciente ou inconsciente. Essa escolhas são de suma importância, pois os valores orientam a vida organizacional, não como normas e prescrições dogmáticas e *a priori*, mas, como dissemos, como princípios e crenças que dão uma orientação para a ação, uma filosofia que dá o norte às ações empresariais e, portanto, também ao comportamento das pessoas que as constituem. (PASSOS, 2004, p. 52).
(grifo do autor)

Tamayo e Godin (1996, p. 63): “[...] não apenas o comportamento do indivíduo é influenciado pelos valores, mas também o julgamento que ele faz do comportamento dos demais, pertinente ao sistema organizacional”.

A partir desses valores cria-se um clima, um *ethos* organizacional que faz a empresa ser ao mesmo tempo igual e diferente das demais. Igual no que compartilha do culturalmente defendido no espaço e tempo e diversa naquilo que caracteriza seus sujeitos, em especial quem a pensa e conduz. (PASSOS, 2004, p. 52). (grifo do autor).

Assim os empregados precisam apropriar-se dos valores de sua empresa, a fim de manter uma coerência técnica e ética que os faça partes do todo sem perder sua identidade pessoal. Atitude que pressupõe a preservação do lugar de sujeito: livre, consciente, responsável e criativo. (PASSOS, 2004, p. 52).

“[...] uma das funções dos valores organizacionais compartilhados entre os membros da empresa é criar neles modelos mentais semelhantes relativos ao funcionamento e missão da organização”. (TAMAYO; GODIN, 1996, p. 64).

Com base em Tamayo:

[...] estamos dizendo que os valores são mais amplos do que as normas, pois enquanto estas se reduzem a indicar a conduta a ser seguida, quase sempre de forma dogmática e autoritária, os valores, no sentido que estamos tomando, expressam e definem sobremaneira a cultura organizacional. Eles servem para explicar, orientar e justificar os passos da organização, inclusive suas normas e sua rotina. (PASSOS, 2004, p. 53).

“O avanço dos recursos técnicos de informação se acompanha de um processo de desumanização [...] assim, o progresso ameaça anular o que se supõe ser o próprio objetivo: a idéia de homem.” (HORKHEIMER *apud* PASSOS, 2004, p. 56).

**DESIGUAIS BAHIA E ‘GERAIS’: O MOVIMENTO TODOS PELA
EDUCAÇÃO COMO UM RAIOS DAS REALIDADES EDUCACIONAIS
BAIANA E MINEIRA NO PERÍODO 2007-2009**

Cláudia Cristina Rios Caxias da **COSTA**⁶

Resumo: As principais características das desigualdades regionais, do sistema educacional brasileiro, enfatizam as diferenças socioeconômicas entre as regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste) e as mais atrasadas do país (Norte e Nordeste). A evolução positiva dos principais indicadores educacionais não se deu de forma homogênea, muito menos seguiu o mesmo ritmo em todas as regiões, ampliando a distância entre os estados mais desenvolvidos do Sul e Sudeste e os estados mais pobres do Norte e, sobretudo, do Nordeste. Ante a este panorama, os sistemas de ensino baiano e mineiro, objetos deste estudo, apresentam-se como exemplos do aprofundamento do grau de desigualdade regional e interestadual verificadas no Brasil. Indicadores evidenciados pelo Movimento Todos pela Educação (TPE), tais como taxa de analfabetismo, atendimento escolar e gasto por aluno, denotam que, apesar de fronteiriças, estas unidades federativas são díspares educacionalmente.

1. Considerações Iniciais

Muito se discute sobre conflitos entre interesses públicos e privados, que tomam a forma da apropriação da coisa pública e sua colocação a serviço de poucos. Menezes (2007), particularmente em relação à Bahia, afirma que os sistemas educativos assumem a clara função de reprodução dos quadros dos partidos no poder, seja pela ocupação de cargos de direção através de vinculação político-partidária, seja pela limitação do acesso

⁶ Doutora e Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS); Especialista em Metodologia do Ensino Superior com ênfase em Novas Tecnologias pela FBB; Graduada em Engenharia de Minas pela UFBA; Licenciada em Geografia pela UCSal e Professora de Administração dos Sistemas de Informação da Faculdade Dom Pedro II.. E-mail – riosdacosta@terra.com.br.

aos diversos níveis de ensino aos moradores dos bairros da periferia urbana, aos moradores das pequenas cidades, da zona rural, aos pobres e aos negros.

A análise dos panoramas educacionais baiano e mineiro perpassa pelas demandas por educação, bem como o papel do Estado no seu atendimento.

(...) parte do entendimento do Estado como “a corporificação de uma correlação de forças” da sociedade - e, portanto, beneficiando os interesses da classe que, nesta correlação de forças, detém a hegemonia - ou seja, a condução do processo. Sem deixar de fora o entendimento de que, em toda sociedade, é possível a construção de uma contra - hegemonia, em que a concepção de mundo dos dominados se veja organizada. Por isso, correlação de forças (MENEZES, 2007, p. 52-53).

Diante das configurações educacionais baianas e mineiras, faz-se necessário indagar: até que ponto a população tinha, e ainda tem, influência sobre as ações de governos locais, face aos assuntos educacionais?

A existência de grandes diferenciações internas no Brasil no acesso à educação, minimizadas com o Programa Bolsa Família (PBF) em 2006, mostra a falta ou o fracasso de uma grande política nacional que, durante anos, não garantiu o acesso à educação de forma homogênea, e, portanto, a não formação de modo inclusivo, de muitos cidadãos.

A histórica intervenção do poder federal na expansão do ensino primário público, ocorrida somente antes de 1946, face à necessidade de nacionalização das escolas dos imigrantes italianos e alemães, em decorrência das duas grandes guerras mundiais (nos dois casos, nos Estados do Sul), serviu como medida voltada para garantir a unidade nacional.

Entretanto, a inexistência de uma política nacional equânime, obviamente se refletiu no menor acesso ao sistema de ensino dos mais pobres e moradores dos Estados e regiões mais pobres (os Estados do Norte e Nordeste). Historicamente, o modo como os sistemas de ensino trataram os alunos advindos, sobremaneira, destas regiões, criou novas formas de exclusão, expulsando da escola aqueles que conseguiram nela

ingressar, ou dando a eles um tipo de educação diferenciada, muitas vezes destinando-os ao fracasso escolar ou a um tipo de trabalho, extra-escolar, rotineiro e cansativo.

Desta forma, as condições de indigência educacional a que foram relegados os habitantes destas localidades, favoreceram um quadro de desigualdade que está longe de ser desfeito, como se verá nas seções seguintes.

Os dados oriundos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), bem como do Movimento Todos pela Educação (TPE) apontam para um panorama de manutenção das disparidades educacionais entre os sistemas de ensino baiano e mineiro, e assim sendo, tentar-se-á responder, ao final deste estudo, à seguinte indagação: Existirá alguma igualdade educacional entre os desiguais?

2. Bahia e Minas Gerais: contextos e desafios socioeconômicos

Apesar da universalização do Ensino Fundamental, entendida como conquista recente do sistema educacional brasileiro, ainda persistem substanciais desigualdades no seu interior, sejam entre os estudantes, entre as escolas, entre classes de uma dada escola e entre as regiões em que se localizam as escolas (BARROS et al, 2001; SOARES et al, 2001; SOARES, 2005; TORRES et al, 2005). A atividade econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço, produzindo disparidades sociais. Ao mesmo tempo, as desigualdades territoriais refletem, produzem e reforçam desigualdades sociais, com forte influência na cidadania e qualidade de vida.

As desigualdades regionais observadas no Brasil são fragilidades e como tal, são considerados entraves ao seu processo de desenvolvimento. Assim, a redução das desigualdades deve ser objeto de políticas públicas eficazes, pois o mercado não se interessa por localidades sem viabilidade econômica, capital social e infraestrutura disponível. Alguns indicadores podem subsidiar um diagnóstico da desigualdade brasileira, tais como:

- Densidade Demográfica;
- Grau de Urbanização;
- Escolaridade (percentual de indivíduos com mais de 15 anos de idade e menos de 4 anos de estudo e percentual de indivíduos com mais de 25 anos de idade e mais de 12 anos de estudo).

A inobservância destas variáveis pode acarretar:

- Manutenção de expressivas diferenças em padrões de desenvolvimento no território nacional (inter e intra-regionais);
- Exclusão social, pobreza, dependência e desordem territorial, caos ambiental;
- Problemas regionais, a exemplo da intensificação dos fluxos migratórios;
- Prevalência de modelos que incentivam a competição e não a cooperação (disputa entre os entes federados por incentivos fiscais);
- Desarticulação de aparatos institucionais e dos instrumentos do desenvolvimento regional;
- Desmobilização da sociedade.

Bahia e Minas Gerais, unidades federativas contíguas (como mostra a Figura 1), histórica e culturalmente similares, mas com indicadores educacionais dissemelhantes, frutos de resultados desiguais das políticas educacionais igualitárias, são exemplos de que nem sempre o que próximo está, igual será.

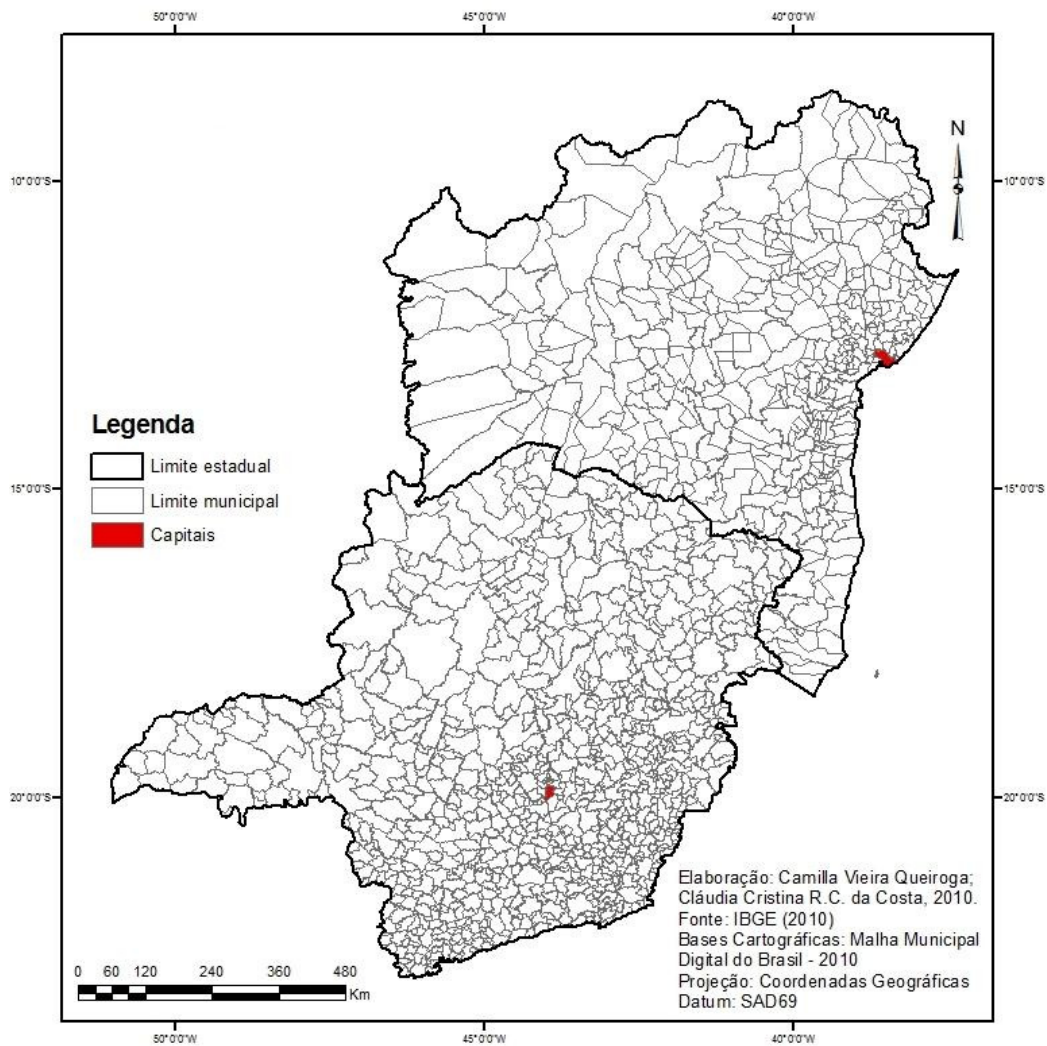


Figura 1 – Mapa de localização dos estados da Bahia e Minas Gerais, suas capitais e municípios.

De acordo com o IBGE (2007), Minas Gerais é o segundo estado brasileiro mais populoso, o maior estado da região Sudeste e quarto do país em área territorial, possuindo a terceira economia, ficando atrás de São Paulo e Rio de Janeiro. A Bahia é a quarta unidade federativa brasileira mais populosa, destaque econômico na região Nordeste e quinta em extensão territorial.

O Quadro 1 oferece importantes informações a respeito destas unidades federativas, onde já se observa, à exceção da similar extensão territorial, a discrepância entre os indicadores baianos e mineiros.

Quadro 1 – Geoinformações sobre os estados da Bahia e Minas Gerais

Geoinformação	Bahia	Minas Gerais
Área (km ²)*	564.692,669	586.528,293
Densidade Demográfica (hab/km ²)*	24,92	32,86
Esperança de vida (anos)*	72,3	74,9
Mortalidade infantil (% nascimentos)*	32,4	19,7
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**	0,74	0,80
Número de municípios	417	853

Fonte: IBGE, 2007*/PNUD, 2005**.

No Quadro 2 observa-se que, em 2007, do contingente populacional baiano, 19,0% estavam em idade escolar⁷, enquanto que, para o mesmo ano em Minas Gerais, a população em idade escolar correspondia a 16,4% da sua população total.

Quadro 2 - População Total e em Idade Escolar, no Brasil,
Bahia e Minas Gerais, 2007

População	Brasil	Bahia	Minas Gerais
Total	183.987.291	14.080.654	19.273.506
Em idade escolar	29.075.919	2.675.455	3.158.596

Fonte: IBGE/Contagem da População, 2007.

As desigualdades regionais entre Bahia e Minas Gerais vêm de longa data. Historicamente, tanto a Inconfidência Mineira quanto a Conjuração Baiana carregaram contradições que acompanhariam o Brasil até a assinatura da Lei Áurea (Lei Imperial n.º 3.353), sancionada em 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel e que, transformada, vigora até hoje. Tais contestações referiam-se ao reconhecimento da existência de uma

⁷ De zero a dezessete anos.

fratura social, representada, de um lado, pela escravidão, e, posteriormente, pela reprodução de excedentes desprovidos de direitos sociais básicos, a exemplo da saúde, habitação, segurança, lazer e a educação, objeto deste estudo.

As fraturas ainda existem e embora guardando tamanha dimensão e importância, tanto a Bahia como Minas Gerais apresentam expressivas desigualdades socioeconômicas. A desigualdade entre Bahia e Minas Gerais, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), como mostra o Quadro 3, é bastante acentuada.

Quadro 3 – Produto Interno Bruto (R\$ 1.000,00), Brasil,
Bahia e Minas Gerais, 2007-2009

Ano	Brasil	Bahia	Minas Gerais
2007	2.661.344.525,00	109.651.844,00	241.293.053,00
2008	3.031.864.490,00	121.508.474,00	282.522.319,00
2009	3.143.014.695,00	137.075.000,00	287.055.000,00

Fonte: IBGE, 2007/2009.

Em relação à renda domiciliar, a disparidade entre Bahia e Minas se repete, como denota o Quadro 4. Em 2009, a renda domiciliar baiana estava distante da renda domiciliar mineira para o ano de 2007. Ressalta-se que, para Brasil e unidades federativas, esse indicador representa a renda domiciliar per capita, ou seja, a média da renda total dos domicílios dividida pelo total de moradores dos domicílios.

Quadro 4 – Renda Média Domiciliar (R\$), para o Brasil,
Bahia e Minas Gerais, 2007-2009

Ano	Brasil	Bahia	Minas Gerais
2007	587,00	359,00	557,00
2008	617,00	391,00	602,00
2009	632,00	414,00	631,00

Fonte: IBGE, 2007/2009

O Estado de Minas Gerais, ao contrário, do estado da Bahia, que apresenta maior grau de similitude interna⁸, é marcado por uma desigualdade regional facilmente perceptível pela análise dos indicadores de desenvolvimento mais consolidados, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tratado em seção posterior.

3. O compromisso Todos pela Educação e a Educação Básica de qualidade

Todos Pela Educação (TPE), lançado em setembro de 2006, em São Paulo, é um movimento da sociedade civil que tem como missão contribuir para a efetivação do direito de todas as crianças e jovens do Brasil à Educação Básica de qualidade até 2022⁹, ano do bicentenário da independência do País. Baseado em cinco metas, claras e objetivas, o movimento trabalha para a melhoria da qualidade e fortalecimento da educação pública brasileira:

- Meta 1: Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola
- Meta 2: Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos
- Meta 3: Todo aluno com aprendizado adequado à sua série
- Meta 4: Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos
- Meta 5: Investimento em Educação ampliado e bem gerido

Vislumbrando as cinco metas, esta seção apontará os avanços e desafios educacionais, da Bahia e Minas Gerais, comparados ao Brasil e regiões às quais pertencem. Os dados, tabulados pelo movimento e aqui compilados se constituíram em verdadeiro raio x dos sistemas educacionais baiano e mineiro.

⁸ A Bahia apresenta, com algumas exceções, elevadas taxas nos indicadores de pobreza como uma característica recorrente em quase todas as regiões do estado.

⁹ Ressalta-se que as metas do IDEB foram calculadas entre 2007-2021. Em 2022, em referência ao bicentenário da independência do país, espera-se o alcance, ou o ultrapassar das metas estabelecidas.

3.1 Meta 1: Toda Criança e Jovem de 4 a 17 anos na Escola

O atendimento é um direito básico de acesso à educação. O objetivo é que cada estado registre o percentual de 98% de atendimento até 2022, para as pessoas em idade escolar. Com as mudanças na legislação educacional brasileira, principalmente no que tange à ampliação do Ensino Fundamental, de oito para nove anos, faz-se necessário apresentar um diagnóstico deste panorama para o País e só então, particularmente, para Bahia e Minas Gerais. O Quadro 5 mostra o percentual de municípios que adotaram o Ensino Fundamental de nove anos, segundo o ano de implementação.

Quadro 5 – Quantidade de municípios brasileiros com EF de nove anos, 2005-2007

Municípios (Brasil)	Ano de ampliação para o Ensino Fundamental de nove anos				
	2005	2006	2007	2008	2009
%	27,08	47,20	71,78	82,57	92,00
Total	1057	2626	3994	4594	5130

Fonte: MEC/INEP

Em 2010, ano da universalização do acesso da criança de seis anos ao ensino fundamental de nove anos, restavam 8% dos municípios (434) que ainda estavam em vias de ampliação do ensino obrigatório para nove anos de duração.

Minas Gerais tornou-se, a partir de Decreto nº 43.506, um dos dois estados brasileiros a implantar o ensino fundamental de nove anos¹⁰, em toda a rede estadual de ensino. No caso da Bahia e Minas Gerais, o diagnóstico sintetizado pela Figura 2 confirma a desigualdade entre estes estados, no tocante à implementação do ensino de nove anos, considerado o período entre os anos de 2005-2009.

¹⁰ Goiás foi o outro estado a implementar, em 2004, o Ensino Fundamental de nove anos.

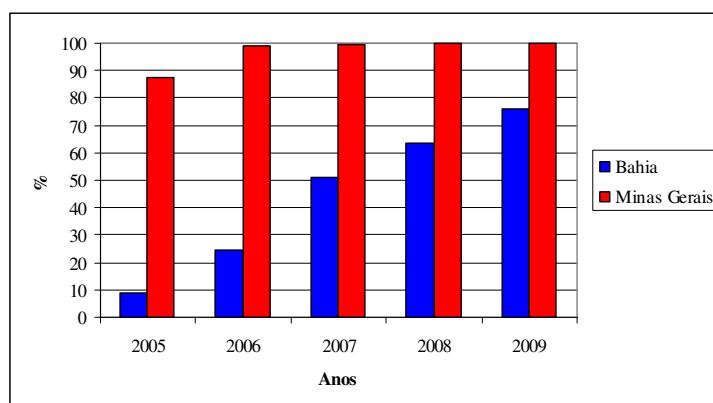


Figura 2 – Diagnóstico da implementação do Ensino de nove anos, para Bahia e Minas Gerais, 2005-2009.

Em 2007, todos os municípios mineiros já tinham implementado o Ensino Fundamental de nove anos, ao passo que na Bahia, em 2009, cerca de 76,0% dos seus 417 municípios tinham feito a mesma implementação.

Mesmo com discretas mudanças em seu panorama educacional, o Brasil vem ocupando uma posição desfavorável, no que tange aos anos de escolarização básica, tanto em nível mundial, quanto latino-americano. Diante das mudanças, o sistema educacional mineiro, à frente do baiano, tem buscado se reestruturar, visando a manutenção do Ensino Fundamental de nove anos, trazendo a necessidade de adaptações, principalmente no que se refere à estrutura física, ao arcabouço pedagógico e capacitação dos profissionais da educação. Com estas ressalvas, tem-se na Figura 3, a evolução percentual do atendimento, para Bahia e Minas Gerais, entre os anos de 2007 e 2009.

Atendimento (anos)	Brasil	Bahia	Minas Gerais
4 a 6	81,5 %	84,1 %	81,2 %
7 a 14	97,4 %	96,9 %	97,9 %
15 a 17	79,1 %	80,5 %	79,0 %
4 a 17	90,4 %	90,9 %	90,7 %

Fonte: PNAD/IBGE																							
2007																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Atendimento (anos)</th> <th>Brasil</th> <th>Bahia</th> <th>Minas Gerais</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>4 a 6</td> <td>83,3 %</td> <td>87,6 %</td> <td>84,1 %</td> </tr> <tr> <td>7 a 14</td> <td>97,8 %</td> <td>97,9 %</td> <td>98,2 %</td> </tr> <tr> <td>15 a 17</td> <td>81,3 %</td> <td>82,4 %</td> <td>82,3 %</td> </tr> <tr> <td>4 a 17</td> <td>91,4 %</td> <td>92,5 %</td> <td>91,9 %</td> </tr> </tbody> </table>				Atendimento (anos)	Brasil	Bahia	Minas Gerais	4 a 6	83,3 %	87,6 %	84,1 %	7 a 14	97,8 %	97,9 %	98,2 %	15 a 17	81,3 %	82,4 %	82,3 %	4 a 17	91,4 %	92,5 %	91,9 %
Atendimento (anos)	Brasil	Bahia	Minas Gerais																				
4 a 6	83,3 %	87,6 %	84,1 %																				
7 a 14	97,8 %	97,9 %	98,2 %																				
15 a 17	81,3 %	82,4 %	82,3 %																				
4 a 17	91,4 %	92,5 %	91,9 %																				
Fonte: PNAD/IBGE																							
2008																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Atendimento (anos)</th> <th>Brasil</th> <th>Bahia</th> <th>Minas Gerais</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>4 a 6</td> <td>84,6 %</td> <td>87,7 %</td> <td>84,6 %</td> </tr> <tr> <td>7 a 14</td> <td>97,9 %</td> <td>97,9 %</td> <td>98,1 %</td> </tr> <tr> <td>15 a 17</td> <td>82,2 %</td> <td>82,9 %</td> <td>81,9 %</td> </tr> <tr> <td>4 a 17</td> <td>91,9 %</td> <td>92,6 %</td> <td>92,1 %</td> </tr> </tbody> </table>				Atendimento (anos)	Brasil	Bahia	Minas Gerais	4 a 6	84,6 %	87,7 %	84,6 %	7 a 14	97,9 %	97,9 %	98,1 %	15 a 17	82,2 %	82,9 %	81,9 %	4 a 17	91,9 %	92,6 %	92,1 %
Atendimento (anos)	Brasil	Bahia	Minas Gerais																				
4 a 6	84,6 %	87,7 %	84,6 %																				
7 a 14	97,9 %	97,9 %	98,1 %																				
15 a 17	82,2 %	82,9 %	81,9 %																				
4 a 17	91,9 %	92,6 %	92,1 %																				
Fonte: PNAD/IBGE																							
2009																							

Figura 3 – Taxas de Atendimento escolar, para Bahia e Minas Gerais, 2007-2009.

Para o intervalo etário de 4-17 anos, a Bahia deteve percentuais maiores que os de Minas Gerais e Brasil, no período de análise. O Quadro 6, para o ano de 2009, mostra um comparativo entre as taxas de atendimento escolar para a faixa etária de 4-17 anos, bem como as metas intermediárias estabelecidas pelo TPE, para o Brasil, regiões Nordeste e Sudeste e Estados da Bahia e Minas Gerais.

Quadro 6 - Comparação entre as taxas de atendimento escolar de 4 a 17 anos e as metas intermediárias estabelecidas pelo TPE para 2009, para o Brasil, regiões Nordeste e Sudeste, Bahia e Minas Gerais

Brasil/Região/UF	Intervalo de Confiança (%)	Meta para 2009 (%)	Observado em 2009 (%)
Brasil	91,7 - 92,2	92,7	91,9

Região Nordeste	91,9 - 92,7	92,6	92,3
Bahia	91,8 - 93,4	92,5	92,6
Região Sudeste	93,1 - 93,8	93,8	93,5
Minas Gerais	91,4 - 92,8	92,6	92,1

Fonte: PNAD/IBGE.

Os indicadores aqui tratados foram obtidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que é amostral. Dessa forma, faz-se necessário reportar o intervalo de confiança e avaliar os entes federativos quanto ao cumprimento da meta estabelecida. O Brasil, como um todo, não alcançou esta meta para o ano de 2009, mas, manteve-se dentro do intervalo de confiança estabelecido, com 91,9% de atendimento escolar para a faixa etária de 4 a 17 anos.

As regiões Nordeste e Sudeste, bem como o estado de Minas Gerais atingiram as metas do indicador, dentro do intervalo de confiança estabelecido para 2009. A Bahia, neste ínterim, ultrapassou, discretamente, a meta estipulada em 0,1%.

3.2 Meta 2: Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo¹¹ no Brasil caiu 1,8% de 2004 a 2009, entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade. No comparativo entre as regiões do país, o Nordeste teve a maior taxa de analfabetismo, 18,7%, em 2009. A região, no entanto, registrou a maior queda do índice em cinco anos. Em 2004, eram 22,4% de analfabetos. Os menores níveis de analfabetismo, considerada a população de 15 anos ou mais de idade, se concentram no Sul (5,5%) e Sudeste (5,7%).

¹¹ Definida em um acordo estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a meta brasileira é chegar à taxa de 6,7% de analfabetismo em 2015.

No tocante à Bahia e Minas Gerais, a Figura 4 mostra como se comportaram as taxas de analfabetismo, confrontadas com as taxas do Brasil, para o período 2007-2009.

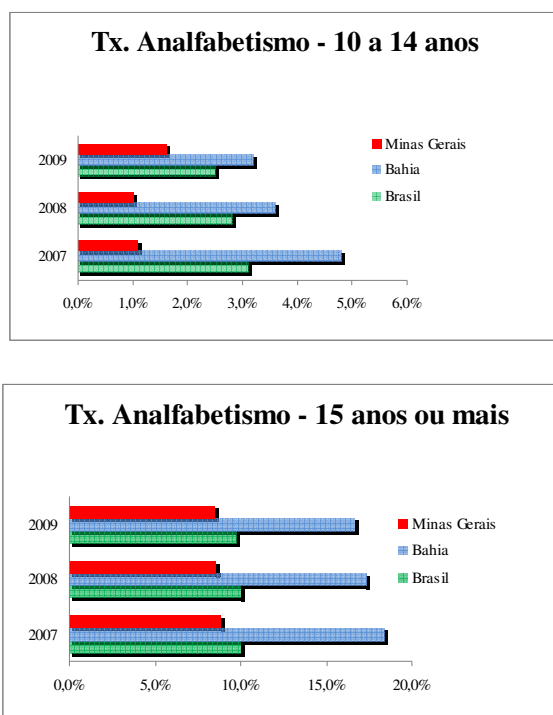


Figura 4
de

– Taxas

analfabetismo para o Brasil, Bahia e Minas Gerais, 2007-2009

A análise dos gráficos possibilita afirmar que a Bahia se comporta como um “divisor de águas”, no comparativo ao Brasil e Minas Gerais. Em todos os anos analisados, para a população com idade superior a 15 anos, a Bahia deteve os maiores percentuais de analfabetos (18,8%, 17,3% e 16,7% para os anos 2007, 2008 e 2009, respectivamente), enquanto em Minas Gerais, o percentual se manteve na casa dos 8% em todo o período de análise.

De acordo com o movimento Todos pela Educação, até o ano de 2010 não existia um instrumento de avaliação nacional¹² de larga escala, a exemplo do SAEB/Prova Brasil e ENEM, que pudesse monitorar a alfabetização das crianças na faixa etária até oito anos, o que torna impraticável o acompanhamento direto da Meta 2. A partir de 2011, alunos de escolas públicas e particulares matriculados no 3º ano (2ª

¹² Em Minas Gerais, o Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa), cuja primeira avaliação ocorreu em 2005, verifica os níveis de alfabetização alcançados pelos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, da rede pública, sendo censitária no 3º ano. Os resultados dessa avaliação são usados para embasar as intervenções necessárias no processo de alfabetização/letramentos dos alunos.

série)¹³ do Ensino Fundamental vigente no Brasil serão submetidos a uma avaliação especial, composta por 20 questões de português ou de matemática, mais uma redação, para medir o nível de alfabetização adquirida.

A parceria entre o TPE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Fundação Cesgranrio e o Instituto Paulo Montenegro (Ibope) avaliará cerca de cinco mil alunos das capitais de todo o país, escolhidos mediante técnicas estatísticas concebidas pelo Instituto Paulo Montenegro, com base no Censo Escolar. Cada aluno fará uma das provas, mas a redação será comum a todos. O desempenho dos estudantes deverá ser apresentado por regiões. Esta conjugação de esforços vem preencher a lacuna em se formular uma prova única, elaborada e corrigida por avaliadores externos às escolas, com uma medida de comparabilidade tanto em termos regionais como ao longo do tempo, a fim de tornar possível uma mensuração de qualidade do nível de alfabetização das crianças brasileiras na idade adequada.

Até a implementação deste procedimento, uma possibilidade de análise indireta é a conclusão do 3º ano (2ª série) do Ensino Fundamental na faixa etária de oito anos. Como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) ocorre durante o ano letivo, a melhor forma de verificar a conclusão é por meio dos alunos que cursaram essa série nos anos anteriores. Conclui-se, por exemplo, que uma criança com nove anos que está no 4º ano do Ensino Fundamental, concluiu o 3º ano até os oito anos, idade considerada adequada, conforme consta do Quadro 7.

Quadro 7 - Percentual de crianças de 9 e 10 anos¹⁴ que concluíram a 2ª série/
3º ano do EF, Brasil, regiões Nordeste e Sudeste, Bahia e Minas Gerais (%)

Brasil/Região/UF	Crianças de 9 anos	Crianças de 10 anos
Brasil	58,1	84,2
Região Nordeste	53,8	79,0
Bahia	53,8	78,6
Região Sudeste	56,7	87,5
Minas Gerais	44,2	81,7

⁸ Etapa na qual, com oito anos de idade, as crianças deveriam saber ler e escrever.

¹⁴ Idade escolar definida por nove anos/dez anos completados pelo aluno em 30 de Junho.

Fonte: PNAD/IBGE, 2009.

A Bahia, em 2009, registrou um percentual maior que Minas Gerais, no que tange a crianças com 9 anos que concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental. Para o contingente escolar com 10 anos de idade, Minas Gerais obteve maior percentual, em relação à Bahia, de concluintes da 2ª série/3º ano, do EF.

3.3 Meta 3: Todo aluno com aprendizado adequado à sua série

Almeja-se que, em 2022, 70% dos alunos da 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, no conjunto das redes pública e privada, deverão ter desempenhos superiores a, respectivamente, 200, 275 e 300 pontos na escala de Língua Portuguesa do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e superiores a 225, 300 e 350 pontos na escala de Matemática. Dentre as cinco Metas do “Todos Pela Educação” destaca-se a relevância e o enorme desafio apresentado pela Meta 3. Esta se configura como o núcleo das metas do TPE, pois estabelece objetivamente o que seria uma Educação de boa qualidade e os indicadores que devem ser alcançados a cada dois anos para atingir esse nível.

O Quadro 8 evidencia o percentual de alunos com aprendizado adequado, em 2009, para o 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, para o Brasil, regiões Nordeste e Sudeste, Bahia e Minas Gerais. Em seguida, a Figura 5 mostra a evolução das notas SAEB/Prova Brasil, para Bahia e Minas, no período 2005-2009¹⁵, onde o abismo entre os desempenhos de alunos mineiros e baianos fica mais evidente. Em nenhum dos anos,

¹⁵ Até o ano de 2005, SAEB e Prova Brasil eram aplicados separadamente. Desde 2007, as avaliações são aplicadas conjuntamente.

nos quais a Prova Brasil e o SAEB foram aplicados (2005-2009), o sistema baiano de ensino se mostrou, qualitativamente, superior ao mineiro.

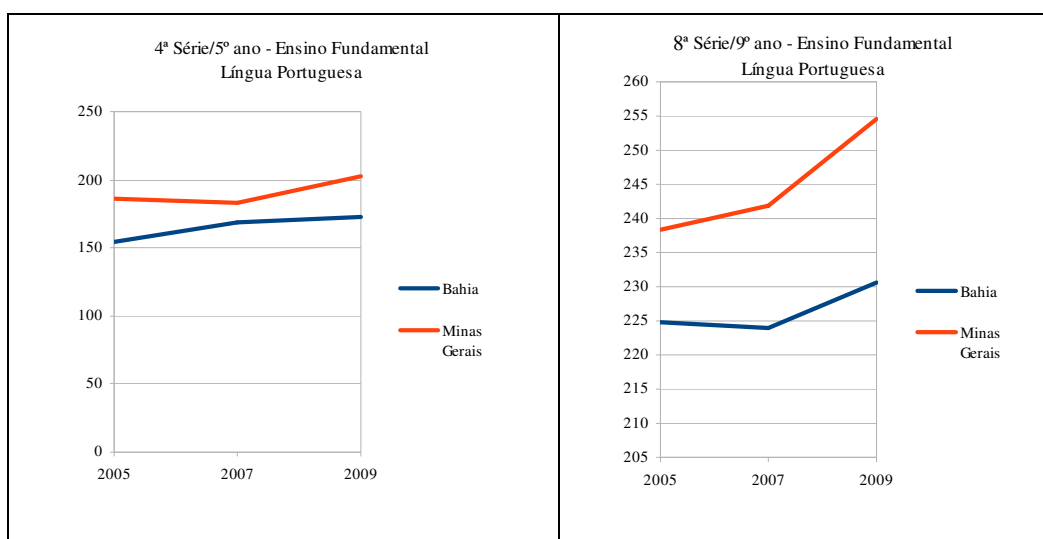
Quadro 8: Percentual de alunos com aprendizado adequado e metas para o Brasil, regiões, Bahia e Minas Gerais - 2009 (5º e 9º anos do Ensino Fundamental).

Brasil/Região/UF	4ª série / 5º ano (Ensino Fundamental)		8ª série / 9º ano (Ensino Fundamental)	
	Língua Portuguesa (%)	Matemática (%)	Língua Portuguesa (%)	Matemática (%)
Brasil	34,2**	32,6*	26,3*	14,8**
Região Nordeste	23,8**	20,0*	19,3*	10,2**
Bahia	20,3**	17,0**	16,5**	7,9**
Região Sudeste	45,7**	45,8*	32,4*	18,8**
Minas Gerais	49,6**	51,5*	35,2*	23,8**

Fonte: MEC/INEP - Prova Brasil e Saeb.

*UF e/ou região que atingiram as metas propostas pelo Todos Pela Educação para 2009.

**UF e/ou região que não atingiram as metas propostas pelo Todos Pela Educação para 2009.



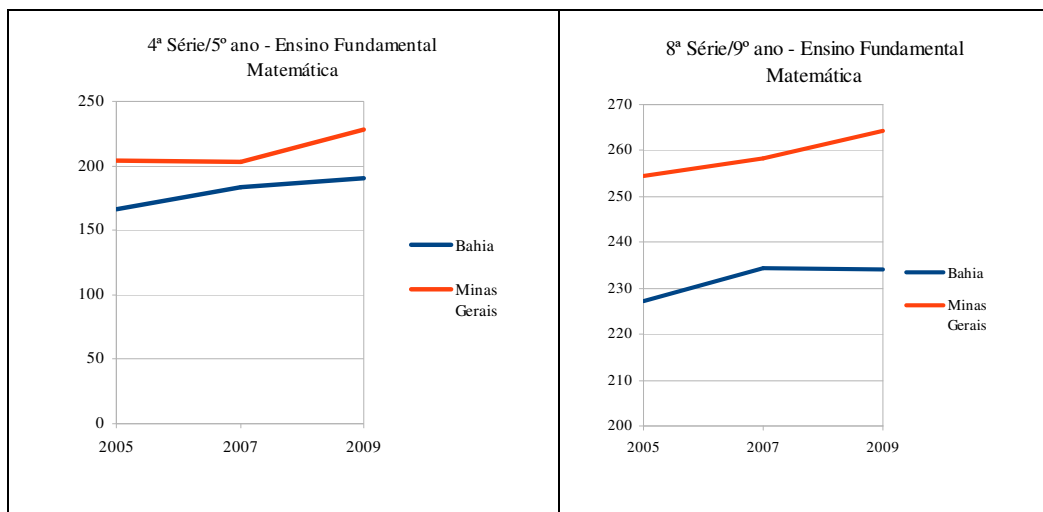


Figura 5 – Evolução das notas SAEB/Prova Brasil, para o EF, na Bahia e Minas Gerais, 2005-2009.

Da análise da Figura 5, tem-se que o desempenho de Minas Gerais, tanto em Língua Portuguesa como em Matemática é uma curva ascendente. Para a Bahia, afóra o desempenho em Língua Portuguesa no 9º ano, o desempenho tem o comportamento de uma curva retilínea e uniforme, de 2007 a 2009. O Quadro 9 denota o percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática, em 2009, para o 3º ano do Ensino Médio, para o Brasil, regiões Nordeste e Sudeste, Bahia e Minas Gerais; ao passo que a Figura 6 evidencia a evolução das notas SAEB/Prova Brasil, para o Ensino Médio, na Bahia e Minas, 2005-2009.

Quadro 9 – Percentual de alunos com aprendizado adequado para o Brasil, regiões Nordeste, Sudeste, Bahia e Minas Gerais para o ano de 2009 (3º ano do Ensino Médio)¹⁶

	3º ano	3º ano

¹⁶ As metas e indicadores para o Brasil incluem alunos de escolas públicas (exceto as municipais para o 3º ano do Ensino Médio) e particulares, das áreas urbanas e rurais. As metas e indicadores para as regiões e unidades da federação para o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental incluem somente alunos de escolas urbanas, exceto escolas federais. Já para o 3º ano do Ensino Médio as metas e indicadores para as regiões e estados incluem somente alunos de escolas estaduais e particulares urbanas. Para o Ensino Médio os indicadores incluem somente escolas estaduais urbanas. A pontuação mínima na escala do Saeb estabelecida pelo Todos Pela Educação, como adequada a cada série é: Língua portuguesa: acima de 200 pontos e Matemática: acima de 225 pontos (5º ano do Ensino Fundamental); Língua portuguesa: acima de 275 pontos e Matemática: acima de 300 pontos. (9º ano do Ensino Fundamental); Língua portuguesa: acima de 300 pontos; matemática: acima de 350 pontos (3ª série do Ensino Médio).

Brasil/Região/UF	(Ensino Médio)		(Ensino Médio)	
	Língua Portuguesa (%)		Matemática (%)	
	Total	Intervalo de Confiança	Total	Intervalo de Confiança
Brasil	28.9*	26.8 - 31.0	11.0*	9.5 - 12.4
Região Nordeste	22.1*	19.4 - 24.8	6.8*	5.2 - 8.3
Bahia	26.1*	20.0 - 32.2	6.5*	2.0 - 11.0
Região Sudeste	32.8*	28.1 - 37.4	13.7*	10.5 - 16.8
Minas Gerais	32.0*	23.1 - 40.9	15.2*	10.5 - 19.9

Fonte: MEC/INEP, Saeb.

*UF e/ou região cujas metas estão dentro do intervalo de confiança do indicador para 2009.

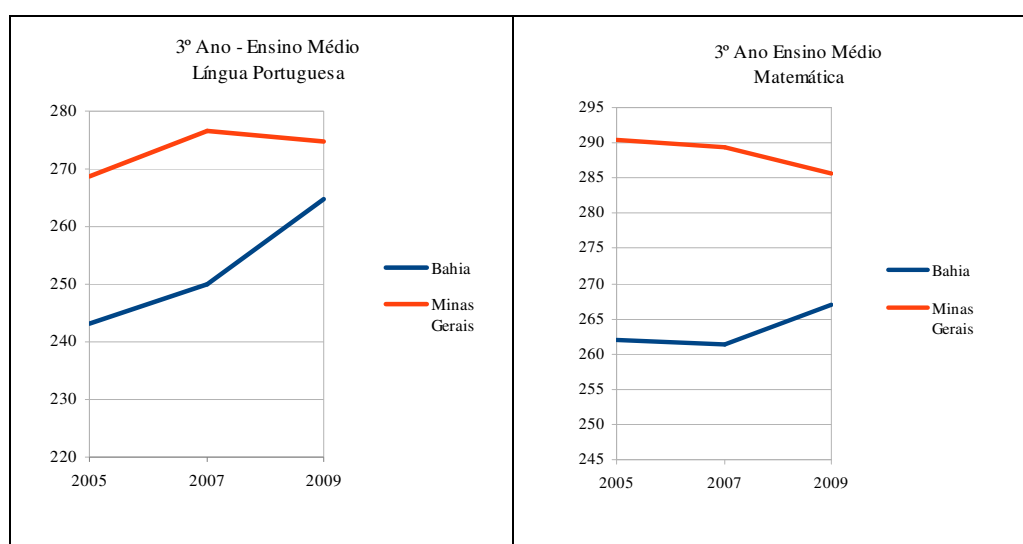


Figura 6 - Evolução das notas SAEB/Prova Brasil, para o EM, na Bahia e Minas, 2005-2009.

A análise da série histórica SAEB/Prova Brasil, para o 4º e 9º ano do EF e 3º ano do EM, possibilita concluir que a qualidade da aprendizagem nos anos iniciais do EF, principalmente em Matemática, está melhorando. Nos anos finais do EF, a melhora é mais significativa em Língua Portuguesa. O Ensino Médio baiano, que vem apresentando dificuldades no atendimento e conclusão, teve avanço significativo em Língua Portuguesa e, em Matemática, discreto incremento.

3.4 Meta 4: Todo aluno com o Ensino Médio concluído até os 19 anos

Não somente as crianças e jovens devem frequentar a escola, mas devem ser alfabetizados na idade correta e aprender o que é adequado à sua série. Com isso, poderão concluir a Educação Básica na idade apropriada. Para tal, a proposta do “Todos Pela Educação” é que, em 2022, 95% dos jovens com 16 anos tenham o Ensino Fundamental completo e 90% dos jovens de 19 anos tenham concluído o Ensino Médio.

Como tanto a qualidade do Ensino Fundamental como a idade com a qual ele é concluído impactam os resultados de conclusão do Ensino Médio, esta meta propõe diferentes taxas de conclusão para estas duas fases. O Quadro 10 compara a taxa de conclusão no EF dos jovens com 16 anos e a Meta 4, para Brasil, regiões Nordeste e Sudeste, Bahia e Minas Gerais.

Quadro 10 - Comparação entre a taxa de conclusão do Ensino Fundamental dos jovens de 16 anos e a meta estabelecida pelo TPE para 2009, Brasil, regiões Nordeste, Sudeste, Bahia e Minas Gerais.

Brasil/Região/UF	Intervalo de Confiança (%)	Metas (%)			Observado em 2009 (%)
		2009	2010	2021	
Brasil	62,1 - 64,7	64,5	68,4	95,0	63,4*
Região Nordeste	46,6 - 51,6	48,4	54,3	95,0	49,1*
Bahia	39,1 - 48,2	47,9	53,8	95,0	43,6*
Região Sudeste	71,3 - 75,4	75,9	78,2	95,0	73,3*
Minas Gerais	64,0 - 71,8	70,1	73,3	95,0	67,9*

Fonte: IBGE/PNAD

*UF e/ou região, cujas metas estão dentro do intervalo de confiança do indicador para 2009.

Observa-se que as taxas de conclusão registradas, tanto na Bahia quanto em Minas Gerais para o EF, em 2009, alcançaram a meta projetada, considerados os intervalos de confiança.

No Quadro 11 observa-se que, para o EM, em 2009, tanto a Bahia, como a região Nordeste à qual pertence, ultrapassaram a meta proposta pelo TPE para 2009. Enquanto Minas Gerais e a região Sudeste, ficaram no intervalo de confiança deste indicador.

Quadro 11 - Comparação entre a taxa de conclusão do Ensino Médio dos jovens de 19 anos e a meta estabelecida pelo Todos Pela Educação para 2009, segundo região e unidades da federação¹⁷.

Brasil/Região/UF	Intervalo de Confiança (%)	Metas (%)			Observado em 2009 (%)
		2009	2010	2021	
Brasil	48,8 - 51,7	46,5	49,7	90,0	50,2*
Região Nordeste	34,8 - 39,5	30,5	34,5	90,0	37,1*
Bahia	33,1 - 40,8	28,2	32,2	90,0	36,9*
Região Sudeste	57,2 - 62,2	57,6	60,1	90,0	59,7**
Minas Gerais	44,3 - 52,6	48,7	51,7	90,0	48,4**

Fonte: IBGE/PNAD

*UF e/ou região que atingiram as metas propostas pelo Todos Pela Educação para 2009.

**UF e/ou região, cujas metas estão dentro do intervalo de confiança do indicador para 2009.

Os comparativos, para ambas as etapas da Educação Básica, mostram que Minas Gerais possui taxas bem melhores que a Bahia.

3.5 Meta 5: Investimento em Educação ampliado e bem gerido

¹⁷ Os indicadores foram obtidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que é amostral. Dessa forma, é necessário reportar o intervalo de confiança dos indicadores e avaliar as regiões quanto ao cumprimento por meio de três cores nas legendas.

Atualmente, inexistiu um indicador que possa avaliar a gestão dos recursos da Educação como um todo. Entretanto, é possível acompanhar a evolução do investimento público na Educação Básica do país, através do Produto Interno Bruto (PIB). O Quadro 12 mostra que o gasto educacional por aluno baiano é menor que o destinado ao discente mineiro.

Quadro 12 - Gasto educacional por aluno na Educação Básica para 2009,
para o Brasil, Bahia e Minas Gerais.

Brasil/UF	Gasto Educacional por Aluno da Educação Básica (R\$)
Brasil	2.948,00
Bahia	1.766,94
Minas Gerais	2.445,80

Fonte: IBGE, 2009.

Apesar dos recursos públicos investidos em cada estudante terem crescido nos últimos anos, eles ainda variam muito de acordo com a Unidade da Federação: a Bahia, por exemplo, investe menos do que a média nacional ao ano por aluno (R\$1.766,94), enquanto Minas Gerais investe mais em cada discente (R\$ 2.445,80), aproximando-se da média nacional.

4. Considerações Finais

Diferenciais de nível educacional geram desigualdades de renda e, conseqüentemente, baixa qualidade de vida. Partindo-se desta premissa, este estudo colocou em voga, a importância do acesso à educação no que tange à redução das disparidades regionais, particularmente entre os Estados da Bahia e Minas Gerais.

Entretanto, o acesso à educação, por si só, não reduz as disparidades entre duas unidades federativas, a exemplo de Bahia e Minas Gerais.

A análise dos dados oriundos do Movimento Todos Pela Educação sugere que unidades federativas que oferecem educação de menor qualidade no país, devem estar proporcionando um nível de aprendizado ainda mais baixo que a sua média a uma proporção considerável de alunos. Pelos índices aqui apresentados, a Bahia ai se enquadra em comparação a Minas Gerais.

A implementação de políticas efetivas de auxílio aos municípios, por parte da União e das unidades federativas, principalmente nos aspectos de organização das redes e da formação dos professores, seria uma solução para a paulatina redução das disparidades educacionais. Sendo a educação e desenvolvimento variáveis dependentes, os investimentos bem aplicados e geridos fomentariam um cenário menos desigual, em um país marcado por expressivas disparidades regionais e dotado de grandiosa e complexa estrutura territorial.

REFERÊNCIAS

BARROS, R., MENDONÇA, R., SANTOS, D., QUINTAES, G. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. In: **IPEA: Textos para discussão 834**. Rio de Janeiro, IPEA, 2001.

COSTA, C. C. R. C. da. **Os sistemas de ensino Baiano e Mineiro: uma análise das desigualdades regionais utilizando indicadores escolares 2007-2009**. Tese (Doutorado em Tratamento da Informação Espacial) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PPG-TIE. Belo Horizonte, 2011. 186p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.
Indicadores Sociais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 mai. 2009

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2009**. Brasília, DF, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2008**. Brasília, DF, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2007**. Brasília, DF, 2007.

MENEZES, J. . Educação na Bahia – Tecendo Memória. **Cadernos IAT**, Salvador, v.1, n.1, p.49-68, dez. 2007

SOARES, S. et al (Orgs.). **Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2005.

SOARES, J. F. et al. **Fatores explicativos de desempenho em língua portuguesa e matemática: a evidência do SAEB-99**. Brasília: INEP, 2001 (mimeo).

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Metas da Educação no Brasil**. Disponível em <<http://www.todospelaeducacao.org.br>>. Acesso em: 15 abr. 2009.

TORRES, H.G.; FERREIRA, M. P.; GOMES, S. Educação e segregação social: explorando as relações de vizinhança. In: MARQUES, E.; TORRES, H.G. (Orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade**. São Paulo: Senac, 2005., p. 123-142.